



LETRA DE LEI

Simulado

CARREIRAS DA AGU



MATÉRIAS ABORDADAS:

- **Direito Constitucional**
- **Direito Administrativo**
- **Direito Tributário**
- **Direito Financeiro e Economico**
- **Direito Ambiental**
- **Direito Civil e Direito Processual Civil**
- **Direito Empresarial**
- **Direito Internacional**
- **Direito Penal e Processual Penal**
- **Direito do Trabalho e Processual do Trabalho**
- **Direito da Seguridade Social**
- **Direito Eleitoral**
- **Direito Agrário**
- **Lei Complementar N° 73**
- **Lei 9.469/97**

- **Portaria Normativo Agu N° 46/2022**
- **Legislação sobre Educação e Ciência, Tecnologia e Inovação**
- **Portaria PGFN N° 6757**

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema **Controle de Constitucionalidade sob a ótica da Lei nº 9.868**.

- I. A petição inicial inepta, não fundamentada e a manifestamente improcedente serão liminarmente indeferidas pelo relator, cabendo recurso de apelação em face da decisão que indeferir a petição inicial.
- II. Proposta a ação direta, não se admitirá desistência.
- III. Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade.

- A) Somente I está incorreta.
- B) I e II estão corretas.
- C) II e III estão incorretas.
- D) Somente III está correta.

2) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema **Controle de Constitucionalidade sob a ótica da Lei nº 9.868**.

- I. Em caso de necessidade de esclarecimento de matéria ou circunstância de fato ou de notória insuficiência das informações existentes nos autos, poderá o relator requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que emita parecer sobre a questão, ou fixar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e autoridade na matéria
- II. Nas situações de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, o relator, julgando indispensável, ouvirá o Advogado-Geral da União e o Procurador-Geral da República, no prazo de dez dias.
- III. A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, ainda que haja expressa manifestação em sentido contrário.

- A) Somente I está incorreta.
- B) I e II estão corretas.
- C) II e III estão incorretas.

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

D) Somente III está incorreta.

3) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Controle de Constitucionalidade sob a ótica da Lei nº 9.882.

- I. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no âmbito do processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental e, ainda, tendo em vista as razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
- II. A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é irrecorrível, podendo, por outro lado, ser objeto de ação rescisória.
- III. Caberá reclamação contra o descumprimento da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, na forma do seu Regimento Interno.

A) Somente I está incorreta.

B) I e III estão corretas.

C) I e III estão incorretas.

D) Somente III está correta.

4) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Controle de Constitucionalidade sob a ótica da Constituição Federal.

- I. As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- II. O Advogado-Geral da União deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
- III. Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Procura-

Perguntas

dor-Geral da República, que defenderá o ato ou texto impugnado.

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Somente I e II estão corretas.
- C) I e III estão incorretas.
- D) Somente I está correta.

5) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Administração Pública sob a ótica da Constituição Federal.

- I. O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, independentemente de possuírem habilitação ou o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.
- II. Os atos de improbidade administrativa importarão na perda dos direitos políticos, na perda da função pública e, ainda, na indisponibilidade dos bens, bem como no ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- III. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável somente nos casos de dolo.

- A) I, II e III estão incorretas.
- B) Somente I e II estão corretas.
- C) Somente I e III estão incorretas.
- D) Somente II está correta.

6) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Servidores Públicos sob a ótica da Constituição Federal.

- I. Poderão ser estabelecidos por lei ordinária do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

- II. É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- III. Vedada a instituição de novos regimes próprios de previdência social, lei complementar federal estabelecerá, para os que já existam, normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão, dispondo, entre outros aspectos, sobre condições para adesão a consórcio público.

- A) Somente II está incorreta.
- B) I e II estão corretas.
- C) II e III estão corretas.
- D) I, II e III estão incorretas.

7) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Intervenção sob a ótica da Constituição Federal, bem como da Lei nº 12.562.

- I. Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.
- II. O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.
- III. Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembleia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no mesmo prazo de vinte e quatro horas.

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Somente I e II estão corretas.
- C) I e III estão incorretas.
- D) I, II e III estão incorretas.

8) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Intervenção sob a ótica da Constituição Federal, bem como da Lei nº 12.562.

Perguntas

- I. O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida liminar na representação interventiva.
- II. A decisão sobre a representação interventiva somente será tomada se presentes na sessão pelo menos 6 (seis) Ministros.
- III. A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido da representação interventiva é irrecorrível, sendo suscetível somente de impugnação por ação rescisória.

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Somente I e II estão corretas.
- C) Somente I e III estão incorretas.
- D) Somente II e III estão incorretas.

9) Julgue os itens abaixo, em observância ao disposto na Constituição Federal.

- I. Compete privativamente ao Presidente da República prestar, semestralmente, ao Congresso Nacional, dentro de trinta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior
- II. O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções
- III. Compete ao Conselho de Defesa Nacional pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio, bem como acerca das questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Somente II está incorreta.
- C) I, II e III estão incorretas.
- D) Somente II está correta.

10) Julgue os itens abaixo, em observância ao disposto na Constituição Federal.

- I. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros,

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

- II. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- III. Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

- A) Somente I e III estão incorretas.
- B) Somente I e III estão corretas.
- C) I, II e III estão corretas.
- D) Somente I está correta.

11) Julgue os itens abaixo, em observância ao disposto na Constituição Federal.

- I. É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais apresentados até 2 de abril, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente
- II. Sem que haja interrupção no pagamento do precatório e mediante comunicação da Fazenda Pública ao Tribunal, o valor correspondente aos eventuais débitos inscritos em dívida ativa contra o credor do requisitório e seus substituídos deverá ser depositado à conta do juízo responsável pela ação de cobrança, que decidirá pelo seu destino definitivo.
- III. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aferirão mensalmente, em base anual, o comprometimento de suas respectivas receitas correntes líquidas com o pagamento de precatórios e obrigações de pequeno valor.

- A) I, II e III estão corretas.

Perguntas

- B) I e III estão incorretas.
- C) Somente I e III estão corretas.
- D) Somente I está correta.

12) Julgue os itens abaixo, em observância ao disposto na Constituição Federal.

- I. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento.
- II. Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.
- III. No recurso especial, o recorrente deve demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que a admissão do recurso seja examinada pelo Tribunal, o qual somente pode dele não conhecer com base nesse motivo pela manifestação de 2/3 (dois terços) dos membros do órgão competente para o julgamento.

- A) Somente I e III estão incorretas.
- B) Somente I e III estão corretas.
- C) I, II e III estão corretas.
- D) Somente I está correta.

13) Julgue os itens abaixo, em observância ao disposto na Constituição Federal.

- I. É da competência exclusiva do Congresso Nacional, dentre outras atribuições, aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

área superior a dois mil e quinhentos hectares.

- II. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência, ainda que haja justificacão adequada.
- III. Compete privativamente ao Senado Federal dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

- A) I e III estão incorretas.
- B) Somente I e III estão corretas.
- C) I, II e III estão corretas.
- D) Somente I está incorreta.

14) Julgue os itens abaixo, em observância ao disposto na Constituição Federal.

- I. As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- II. A Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- III. Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de dez dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de vinte e quatro horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

Perguntas

- A) I e II estão incorretas.
- B) Somente I e III estão corretas.
- C) I, II e III estão incorretas.
- D) Somente I está correta.

15) Julgue os itens abaixo, em observância ao disposto na Constituição Federal.

- I. Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria Geral Federal.
- II. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- III. A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.

- A) I e III estão incorretas.
- B) Somente I e III estão corretas.
- C) I, II e III estão corretas.
- D) I está correta.

16) Julgue os itens abaixo, em observância ao disposto na Constituição Federal.

- I. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- II. São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

III. Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 (noventa) dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.

- A) Somente I e III estão corretas.
- B) I e III estão incorretas.
- C) Somente I está incorreta.
- D) I, II e III estão corretas.

17) Julgue os itens abaixo, em observância ao disposto na Constituição Federal.

- I. São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania
- II. É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais
- III. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em três turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

- A) I e III estão incorretas.
- B) Somente I e III estão corretas.
- C) I, II e III estão corretas.
- D) Somente I e II estão corretas.

18) Julgue os itens abaixo, em observância ao disposto na Constituição Federal.

- I. Conceder-se-á mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- II. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político

Perguntas

sem representação no Congresso Nacional.

III. Conceder-se-á habeas data para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

- A) I e II estão incorretas.
- B) Somente I e III estão corretas.
- C) I, II e III estão corretas.
- D) I, II e III estão incorretas.

19) Julgue os itens abaixo, em observância ao disposto na Constituição Federal.

- I. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente.
- II. Incumbe ao Poder Público manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis destinados ao consumo final, na forma de lei complementar, a fim de assegurar-lhes tributação inferior a incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes.
- III. As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei Estadual, sem o que não poderão ser instaladas.

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Somente I está incorreta.
- C) Somente I e II estão corretas.
- D) I e II estão incorretas.

20) Julgue os itens abaixo, em observância ao disposto na Constituição Federal.

- I. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem aos Municípios, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.
- II. É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Es-

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

tados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

III. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.

- A) I, II e III estão corretas.
- B) I e III estão incorretas.
- C) Somente III está correta.
- D) Somente I está incorreta.

21) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Agentes Públicos.

- I. Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo que para tais pessoas serão reservadas até 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- II. A investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação.
- III. O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

- A) I, II e III estão corretas
- B) Somente II está correta
- C) I, II e III estão incorretas
- D) Somente I e II estão incorretas

22) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Agentes Públicos.

- I. A posse não poderá ocorrer mediante procuração, ainda que se trate de instrumento específico.
- II. Os servidores, ainda que trabalhem com habitualidade em locais insa-

Perguntas

lubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, não fazem jus a adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.

III. O afastamento de servidor para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere se dará com a perda total da remuneração.

- A) I, II e III estão corretas
- B) Somente III está correta
- C) I e III estão incorretas
- D) Somente I está incorreta

23) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema improbidade administrativa.

- I. O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- II. Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente, para as providências necessárias.
- III. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, exclusivamente em caráter incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito

- A) I, II e III estão corretas
- B) I e II estão corretas
- C) II e III estão incorretas.
- D) Somente I está incorreta.

24) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema licitação e contratos.

- I. A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos, sendo vedada a designação de empregados públicos, ainda que pertencentes aos quadros

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

- II. Verifica-se da Lei nº 14.133 que não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, o agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego.
- III. Não poderá disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

- A) II e III estão incorretas.
- B) I e II estão corretas
- C) Somente I está incorreta.
- D) I, II e III estão corretas

25) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema licitação e contratos.

- I. Não se equiparam aos autores do projeto as empresas que sejam integrantes do mesmo grupo econômico.
- II. Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.
- III. Não se subordinam ao regime da Lei 14.133 os contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.

Perguntas

- A) II e III estão incorretas.
- B) Somente I está incorreta.
- C) I e II estão corretas
- D) I, II e III estão corretas

26) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema licitação e contratos.

- I. Entende-se como empreitada por preço unitário, a contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas, enquanto que empreitada por preço global, a contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total.
- II. A contratação por tarefa consiste no regime de contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, desde que haja fornecimento de materiais.
- III. O diálogo competitivo trata-se modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

- A) II e III estão incorretas.
- B) Somente II está correta.
- C) I e III estão corretas
- D) I, II e III estão incorretas

27) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema desapropriação.

- I. A desapropriação do espaço aéreo ou do subsolo só se tornará necessária, quando de sua utilização resultar prejuízo patrimonial do proprietário do solo.
- II. Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, enquanto que os dos Municípios pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa.
- III. É vedada a desapropriação, pelos Estados, Distrito Federal, Territórios

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

e Municípios de ações, cotas e direitos representativos do capital de instituições e empresas cujo funcionamento dependa de autorização do Governo Federal e se subordine à sua fiscalização, salvo mediante prévia autorização por decreto do Presidente da República

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Somente II e III estão incorretas.
- C) Somente II está correta.
- D) I, II e III estão incorretas

28) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema desapropriação.

- I. Ao imóvel desapropriado para implantação de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda, não se dará outra utilização nem haverá retrocessão.
- II. Os bens desapropriados para fins de utilidade pública e os direitos decorrentes da respectiva imissão na posse poderão ser alienados a terceiros, locados, cedidos, arrendados, outorgados em regimes de concessão de direito real de uso, de concessão comum ou de parceria público-privada e, ainda, transferidos como integralização de fundos de investimento ou sociedades de propósito específico.
- III. O expropriante, no âmbito da desapropriação por interesse social, tem o prazo de 3 (três) anos, a partir da decretação da desapropriação por interesse social, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado.

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Somente II e III estão incorretas.
- C) Somente II está correta.
- D) Somente I e II estão corretas.

29) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema serviços públicos.

- I. Entende-se como concessão de serviço público, a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio

Perguntas

de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

- II. O poder concedente poderá intervir na concessão, com o objetivo de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, sendo que, declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de sessenta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.
- III. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

- A) I, II e III estão incorretas
- B) I, II e III estão corretas.
- C) Somente II está incorreta.
- D) Somente III está correta.

30) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema serviços públicos.

- I. A parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, que ocorrerá na modalidade patrocinada ou administrativa, configurando a concessão patrocinada de serviços públicos ou de obras públicas, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- II. A Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, desde que não envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- III. A sociedade de propósito específico poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado.

- A) Somente III está correta.
- B) I, II e III estão corretas.
- C) I, II e III estão incorretas
- D) Somente II está incorreta.

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

31) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema bens públicos.

- I. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- II. Incluem-se entre os bens dos Estados os potenciais de energia hidráulica.
- III. O uso comum dos bens públicos poderá ocorrer exclusivamente de forma gratuita, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Somente I está correta.
- C) Somente II está incorreta.
- D) I e II estão incorretas.

32) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema processo administrativo.

- I. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
- II. O indeferimento de alegação de suspeição, no âmbito do processo administrativo, poderá ser objeto de recurso, que gozará de efeito suspensivo.
- III. No âmbito da Administração Pública federal, as decisões administrativas que exijam a participação de 3 (três) ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.

- A) Somente I e III estão corretas.
- B) I, II e III estão corretas.
- C) II e III estão incorretas.
- D) Somente I está incorreta.

33) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema controle interno e externo

Perguntas

da administração pública.

- I. Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos, dentre outros, mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade.
- II. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
- III. Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos, um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento e, por outro lado, dois terços pelo Congresso Nacional.

- A) Somente II está incorreta.
- B) I, II e III estão incorretas.
- C) I, II e III estão corretas.
- D) Somente I e II estão corretas.

34) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema administração direta e indireta.

- I. São requisitos específicos, dentre outros, para que as entidades privadas se habilitem à qualificação como organização social, haver aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, do Ministro ou titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social e do Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado.
- II. O contrato de rateio, firmado no âmbito dos consórcios, será formalizado em cada exercício financeiro, e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.
- III. A natureza especial conferida à agência reguladora é caracterizada pela

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos, bem como pelas demais disposições constantes desta Lei ou de leis específicas voltadas à sua implementação

- A) I, II e III estão incorretas
- B) Somente II está incorreta.
- C) Somente I está correta.
- D) I, II e III estão corretas.

35) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema recursos minerais e potenciais de energia hidráulica.

- I. Os regimes de aproveitamento de recursos minerais são regime de autorização, destinado às atividades de pesquisa mineral, outorgada por ato Agência Nacional de Mineração.
- II. As jazidas, em lavra ou não, bem como os demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem aos Estados, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.
- III. A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais, somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão dos Estados, no interesse regional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.

- A) Somente II está incorreta.
- B) I, II e III estão incorretas
- C) I, II e III estão corretas.
- D) Somente I está correta.

Perguntas

36) Julgue os itens abaixo, no que toca aos temas responsabilidade do Estado e acesso a informação no âmbito da administração pública.

- I. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável somente nos casos de dolo.
- II. Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.
- III. São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

- A) Somente II está incorreta.
- B) II e III estão corretas.
- C) Somente I está correta.
- D) I, II e III estão incorretas

37) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema acesso a informação no âmbito da administração pública.

- I. Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.
- II. O órgão ou a entidade poderá cobrar exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados, quando o serviço de busca e de fornecimento da informação exigir reprodução de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada.
- III. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 15 (quinze) dias a contar da sua ciência, sendo o recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 10 (dez) dias.

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

- A) Somente II está incorreta.
- B) I, II e III estão incorretas
- C) I e II estão corretas.
- D) Somente II está correta.

38) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema tombamento.

- I. O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado somente se dará voluntariamente, em face do direito de propriedade.
- II. O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.
- III. As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma à outra das referidas entidades.

- A) Somente I está incorreta.
- B) I, II e III estão incorretas
- C) I e III estão corretas.
- D) Somente III está correta.

39) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema atos administrativos.

- I. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.
- II. Na solução de vários assuntos da mesma natureza, pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, desde que não prejudique direito ou garantia dos interessados
- III. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

Perguntas

- A) Somente II está incorreta.
- B) I, II e III estão incorretas
- C) I, II e III estão corretas.
- D) Somente I e III estão corretas.

40) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema licitação e contratos.

- I. Contratos relativos a direitos reais sobre imóveis serão formalizados por escritura pública lavrada em notas de tabelião, cujo teor deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.
- II. Independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.
- III. Nos contratos de obras e serviços de engenharia, sempre que compatível com o regime de execução, a medição será mensal.

- A) Somente II está incorreta.
- B) I, II e III estão corretas.
- C) I, II e III estão incorretas
- D) Somente III está correta.

DIREITO TRIBUTÁRIO

41) Julgue os itens abaixo, no que toca ao Sistema Tributário Nacional.

- I. Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- II. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que não poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição dos proventos de aposentadoria e de pensões.
- III. A pessoa natural destinatária das operações de importação poderá ser equiparada a pessoa jurídica, na forma da lei.

- A) Somente I está incorreta.
- B) I, II e III estão incorretas
- C) I e III estão corretas.
- D) Somente I está correta.

42) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Sistema Tributário Nacional.

- I. A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
- II. É vedado a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- III. É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Perguntas

- A) I, II e III estão incorretas
- B) Somente II está incorreta.
- C) I, II e III estão corretas.
- D) Somente III está correta.

43) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Sistema Tributário Nacional.

- I. O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto IOF, devido na operação de origem, sendo que a alíquota mínima será de um por cento, assegurada a transferência do montante de trinta por cento para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem, bem como setenta por cento para o Município de origem.
- II. O imposto sobre produtos industrializados será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.
- III. O imposto sobre a propriedade territorial rural será fiscalizado e cobrado pelos Estados que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

- A) Somente II e III estão corretas.
- B) I, II e III estão incorretas
- C) Somente III está incorreta.
- D) Somente II está correta.

44) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema crédito tributário.

- I. A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido anteriormente à sua introdução.
- II. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

III. A revisão do lançamento poderá ser iniciada ainda que extinto o direito da Fazenda Pública, em razão da supremacia do interesse público.

- A) Somente I está incorreta.
- B) Somente I e III estão corretas.
- C) I, II e III estão incorretas
- D) Somente II está correta.

45) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema crédito tributário.

- I. Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador e expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.
- II. Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.
- III. Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Somente III está incorreta.
- C) Somente I e III estão corretas.
- D) I e II estão incorretas.

46) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema crédito tributário.

- I. Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por

Perguntas

ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

- II. Salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário exclui a incidência de juros e multas.
- III. A exclusão do crédito tributário dispensa, por consequência, o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído ou dela consequente.

- A) Somente III está incorreta.
- B) Somente I e III estão corretas.
- C) I, II e III estão corretas
- D) Somente I está correta.

47) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema obrigação tributária.

- I. A obrigação principal decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- II. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária
- III. Salvo disposição de lei em contrário, a pessoa jurídica de direito público, que se constituir pelo desmembramento territorial de outra, sub-roga-se nos direitos desta, cuja legislação tributária aplicará até que entre em vigor a sua própria

- A) Somente I está incorreta.
- B) Somente I e III estão corretas.
- C) Somente II está correta.
- D) I, II e III estão incorretas

48) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema obrigação tributária.

- I. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos tratando-se de situação de fato, desde o momento em que o se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.
- II. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gera-

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

dor e existentes os seus efeitos tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.

III. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei complementar.

- A) Somente II está incorreta.
- B) Somente I e II estão corretas.
- C) Somente III está correta.
- D) II e III estão incorretas

49) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema obrigação tributária.

- I. Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
- II. A capacidade tributária passiva depende de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, não bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.
- III. Na falta de eleição pelo contribuinte ou responsável de domicílio tributário, considera-se como tal, quanto às pessoas jurídicas de direito público, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento.

- A) I, II e III estão incorretas
- B) Somente III está correta.
- C) Somente I e II estão incorretas.
- D) I e II estão corretas.

50) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema responsabilidade tributária.

- I. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre

Perguntas

o respectivo preço.

- II. São pessoalmente responsáveis o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação.
- III. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato, integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade ou, por outro lado, subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

- A) I e II estão incorretas.
- B) Somente III está correta.
- C) Somente I está incorreta.
- D) I, II e III estão corretas

51) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema responsabilidade tributária.

- I. Em processo da falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo de falência pelo prazo de 2 (dois) anos, contado da data de alienação, somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos que preferem ao tributário.
- II. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem subsidiariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício.
- III. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito público.

- A) Somente I e II estão incorretas.
- B) I, II e III estão corretas
- C) Somente III está correta.
- D) I, II e III estão incorretas.

52) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema responsabilidade tributária.

- I. Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
- II. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração, não se considerando espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.
- III. A responsabilidade é pessoal ao agente quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito.

- A) Somente I e II estão incorretas.
- B) Somente III está correta.
- C) Somente III está incorreta.
- D) I, II e III estão corretas

53) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema administração tributária.

- I. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- II. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro

Perguntas

contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescido.

III. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado.

- A) Somente I e II estão incorretas.
- B) I, II e III estão incorretas
- C) I, II e III estão corretas.
- D) Somente III está correta.

54) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema garantias e privilégios dos créditos tributários.

- I. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.
- II. A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.
- III. São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Somente I e II estão incorretas.
- C) I, II e III estão incorretas
- D) Somente III está correta.

55) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema processo judicial tributário.

- I. A Fazenda Pública não está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos, pois a prática dos atos judiciais de seu interesse independe de preparo ou de prévio depósito, sendo que, contudo, caso vencida, a Fazenda Pública ressarcirá o valor das despesas feitas pela parte contrária.
- II. A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.

III. Quando a medida cautelar fiscal for concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de trinta dias, contados da data em que a exigência se tornar irrecorrível na esfera administrativa.

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Somente III está incorreta.
- C) I, II e III estão incorretas
- D) Somente II está correta.

56) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema processo administrativo fiscal.

- I. O procedimento fiscal tem início, também, com o começo de despacho aduaneiro de mercadoria importada.
- II. O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores, mas dependerá de intimação dos demais envolvidos nas infrações verificadas.
- III. A prova documental será apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual, a menos que se destine a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidas aos autos.

- A) Somente I e II estão incorretas
- B) I, II e III estão incorretas
- C) I e III estão corretas.
- D) Somente III está incorreta.

57) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema CADIN.

- I. As informações fornecidas pelos órgãos e pelas entidades integrantes do Cadin serão centralizadas em um sistema de informações gerido pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e será de sua atribuição a expedição de orientações de natureza normativa, inclusive quanto ao disciplinamento das respectivas inclusões e exclusões no sistema.

Perguntas

- II. A inexistência de registro no Cadin implica reconhecimento de regularidade de situação, mas não elide a apresentação dos documentos exigidos em lei, decreto ou demais atos normativos.
- III. O empresário ou a sociedade empresária poderá ter apenas 1 (um) parcelamento perante a Fazenda Nacional, cujos débitos constituídos, inscritos ou não em dívida ativa da União, poderão ser incluídos até a data do pedido de parcelamento.

- A) Somente I e II estão incorretas
- B) I, II e III estão incorretas
- C) Somente I está correta.
- D) I e III estão corretas.

58) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema legislação tributária.

- I. Equipara-se à majoração do tributo a modificação da sua base de cálculo, que importe em torná-lo mais oneroso.
- II. Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.
- III. A expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.

- A) Somente I e II estão incorretas
- B) I, II e III estão incorretas
- C) Somente I está correta.
- D) I, II e III estão corretas.

59) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema legislação tributária.

- I. São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- II. A legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham esta ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.

III. Salvo disposição em contrário, entram em vigor, os atos administrativos, 30 (trinta) dias após a data da sua publicação.

- A) I e II estão corretas.
- B) I, II e III estão incorretas
- C) Somente I está correta.
- D) Somente II está incorreta.

60) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema legislação tributária.

- I. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
- II. O emprego da analogia não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- III. O emprego da equidade não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

- A) I, II e III estão corretas.
- B) II e III estão incorretas.
- C) Somente III está incorreta.
- D) Somente II está correta.

DIREITO FINANCEIRO E ECONOMICO

61) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema finanças públicas, sob a ótica da Constituição Federal.

- I. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, de forma a garantir a rastreabilidade, a comparabilidade e a publicidade dos dados coletados, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.
- II. A elaboração e a execução de planos e orçamentos devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida.
- III. A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo tesouro nacional.

- A) Somente II está correta.
- B) I, II e III estão corretas.
- C) Somente III está incorreta.
- D) II e III estão incorretas.

62) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema orçamento público.

- I. A lei do plano plurianual compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- II. A lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.
- III. O Poder Executivo publicará, até sessenta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Somente II e III estão incorretas.
- C) Somente I e III estão corretas.
- D) I, II e III estão incorretas.

63) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema orçamento público.

- I. As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- II. Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que observe critérios objetivos e imparciais e que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.
- III. A lei não imporá nem transferirá qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público, inclusive despesas de pessoal e seus encargos, para a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios, sem a previsão de fonte orçamentária e financeira necessária à realização da despesa ou sem a previsão da correspondente transferência de recursos financeiros necessários ao seu custeio, ressalvadas as obrigações assumidas espontaneamente pelos entes federados e aquelas decorrentes da fixação do salário mínimo.

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Somente I está correta.
- C) I, II e III estão incorretas
- D) Somente II está incorreta.

64) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Lei de Responsabilidade Fiscal.

- I. Integrará o projeto de lei orçamentária anual o anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Perguntas

- II. A lei orçamentária anual conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- III. O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

- A) I e III estão corretas.
- B) Somente III está correta.
- C) Somente II está incorreta.
- D) Somente I está incorreta.

65) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema despesas públicas, sob a ótica da Lei de Responsabilidade Fiscal.

- I. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a três exercícios.
- II. A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos 11 (onze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho.
- III. É nulo de pleno direito a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando resultar em aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo.

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Somente I está incorreta.
- C) Somente III está correta.

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

D) I, II e III estão incorretas.

66) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema despesas públicas, sob a ótica da lei nº 4.320, que institui as normas gerais de Direito Financeiro.

- I. Classificam-se como inversões financeiras as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
- II. São Transferências de Capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.
- III. Para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a quatro anos.

- A) I e III estão incorretas
- B) I, II e III estão corretas.
- C) Somente I está incorreta.
- D) Somente III está correta.

67) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema receitas públicas.

- I. São Receitas Correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.
- II. São Receitas de Capital as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em

Perguntas

Despesas Correntes.

III. O lançamento da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.

- A) I e III estão incorretas.
- B) Somente I está correta.
- C) II e III estão corretas.
- D) Somente III está correta.

68) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

- I. Presume-se posição dominante sempre que uma empresa ou grupo de empresas for capaz de alterar unilateral ou coordenadamente as condições de mercado ou quando controlar 20% (vinte por cento) ou mais do mercado relevante, podendo este percentual ser alterado pelo Cade para setores específicos da economia.
- II. As mudanças de controle acionário de companhias abertas e os registros de fusão, sem prejuízo da obrigação das partes envolvidas, devem ser comunicados ao Cade pela Comissão de Valores Mobiliários–CVM e pelo Departamento Nacional do Registro do Comércio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, respectivamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis para, se for o caso, ser examinados.
- III. O Tribunal Administrativo, órgão judicante, tem como membros um Presidente e seis Conselheiros escolhidos dentre cidadãos com mais de 30 (trinta) anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Congresso Nacional.

- A) Somente I e III estão corretas
- B) II e III estão incorretas.
- C) I e II estão corretas.
- D) Somente II está correta.

69) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema ordem econômica financeira.

- I. As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- II. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e para o setor privado.
- III. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

- A) I, II e III estão incorretas.
- B) II está correta.
- C) III está correta.
- D) Somente I está incorreta.

70) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema sistema financeiro nacional.

- I. A política do Conselho Monetário Nacional objetivará orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras, quer públicas, quer privadas; tendo em vista propiciar, nas diferentes regiões do País, condições favoráveis ao desenvolvimento harmônico da economia nacional.
- II. Compete ao Conselho Monetário Nacional, segundo diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República, aprovar os orçamentos monetários, preparados pelo Banco Central da República do Brasil, por meio dos quais se estimarão as necessidades globais de moeda e crédito.
- III. Equipara-se à instituição financeira, para fins dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, a pessoa natural que exerça quaisquer das atividades referidas neste artigo, ainda que de forma eventual.

- A) Somente I e III estão corretas
- B) I, II e III estão corretas

Perguntas

- C) Somente III está correta.
- D) Somente II e III estão incorretas.

DIREITO AMBIENTAL

71) Julgue os itens abaixo, no que toca ao meio ambiente, sob a ótica da Constituição Federal.

- I. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações e, para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.
- II. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações e, para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis destinados ao consumo final, na forma de lei complementar, a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes.
- III. Não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais e que estejam devidamente registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

- A) I, II e III estão corretas
- B) Somente I está incorreta.
- C) Somente I e III estão corretas
- D) I, II e III estão incorretas

72) Julgue os itens abaixo, no que toca a responsabilidade ambiental.

- I. As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e pe-

Perguntas

nalmente nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

- II. Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
- III. A responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.

- A) I, II e III estão corretas
- B) Somente III está incorreta.
- C) Somente III está correta.
- D) Somente I está correta.

73) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema crimes ambientais.

- I. A sentença penal condenatória, sempre que possível, fixará o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido ou pelo meio ambiente.
- II. A perícia produzida no inquérito civil ou no juízo cível não poderá ser aproveitada no processo penal.
- III. A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social, de importância, fixada pelo juiz, não inferior a um salário mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos, sendo que o valor pago não será deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator.

- A) I, II e III estão incorretas
- B) Somente III está incorreta
- C) Somente I e II estão corretas
- D) II e III estão incorretas

74) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema crimes ambientais.

- I. Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se há dano significativo ao meio ambiente, em decorrência do uso da informação falsa, incompleta ou enganosa.

- II. A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de corresponsabilidade.
- III. Qualquer pessoa, constatando infração ambiental, deverá dirigir representação às autoridades, para efeito do exercício do seu poder de polícia.

- A) I, II e III estão corretas
- B) Somente II está correta
- C) Somente III está incorreta
- D) I e III estão incorretas

75) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

- I. Entende-se por zona de amortecimento, o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.
- II. Entende-se por unidade de conservação, o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.
- III. Entende-se por proteção integral, a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido o uso indireto e direto dos seus atributos naturais.

- A) Somente II está correta
- B) I, II e III estão incorretas

Perguntas

- C) Somente I está correta
- D) Somente III está incorreta

76) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

- I. O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.
- II. A Estação Ecológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.
- III. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

- A) Somente II está correta
- B) III está incorreta
- C) Somente I está incorreta
- D) I, II e III estão corretas

77) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

- I. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.
- II. A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação poderá ser feita mediante decreto.
- III. O Poder Público poderá, ressalvadas as atividades agropecuárias e outras atividades econômicas em andamento e obras públicas licenciadas, na

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

forma da lei, decretar limitações administrativas provisórias ao exercício de atividades e empreendimentos efetiva ou potencialmente causadores de degradação ambiental, para a realização de estudos com vistas na criação de Unidade de Conservação, quando, a critério do órgão ambiental competente, houver risco de dano grave aos recursos naturais ali existentes.

- A) II está incorreta.
- B) Somente I está correta.
- C) I, II e III estão corretas.
- D) I, II e III estão incorretas.

78) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Política Nacional do Meio Ambiente.

- I. Entende-se por recursos ambientais, a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.
- II. A Política Nacional do Meio Ambiente visará à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico.
- III. As atividades empresariais públicas ou privadas serão exercidas em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.

- A) Somente II está correta
- B) I, II e III estão corretas.
- C) Somente I está incorreta
- D) Somente III está incorreta

79) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Política Nacional do Meio Ambiente.

- I. Os Estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, elaborarão normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, observados os que forem estabelecidos pelo IBAMA.

Perguntas

- II. O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, exclusivamente por instrumento público, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental.
- III. A servidão ambiental se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.

- A) Somente II está correta.
- B) I, II e III estão corretas.
- C) Somente I está incorreta
- D) I, II e III estão incorretas

80) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Política Nacional do Meio Ambiente.

- I. A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua, sendo que o prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 15 (quinze) anos.
- II. O detentor da servidão ambiental poderá aliená-la, cedê-la ou transferi-la, total ou parcialmente, por prazo determinado ou em caráter definitivo, em favor de outro proprietário ou de entidade pública ou privada, ainda que não tenha a conservação ambiental como fim social.
- III. São deveres do detentor da servidão ambiental, entre outras obrigações estipuladas no contrato, manter relatórios e arquivos atualizados com as atividades da área objeto da servidão.

- A) I e III estão corretas
- B) II e III estão incorretas
- C) Somente III está correta.
- D) I, II e III estão corretas

DIREITO CIVIL

81) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Negócios jurídicos.

- I. A incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio, aproveitando aos cointeressados capazes, inclusive se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- II. A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- III. Não dispendo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a vinte vezes o maior salário mínimo vigente no País.

- A) Somente I está incorreta
- B) I, II e III estão incorretas
- C) II está correta.
- D) II e III estão corretas.

82) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Negócios jurídicos.

- I. O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- II. A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que corresponder a qual seria a razoável negociação das partes sobre a questão discutida, inferida das demais disposições do negócio e da racionalidade econômica das partes, consideradas as informações disponíveis no momento de sua celebração.
- III. As partes não poderão livremente pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.

- A) I, II e III estão corretas
- B) Somente III está incorreta

Perguntas

- C) Somente II está correta.
- D) Somente I está correta.

83) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Contratos.

- I. Os contratos civis e empresariais presumem-se paritários e simétricos até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção, ressalvados os regimes jurídicos previstos em leis especiais, garantido também que a revisão contratual somente ocorrerá de maneira excepcional e limitada.
- II. A aceitação fora do prazo, ainda que haja adições, restrições, ou modificações, não importará nova proposta.
- III. Se a aceitação, por circunstância imprevista, chegar tarde ao conhecimento do proponente, este comunicá-lo-á imediatamente ao aceitante, sob pena de responder por perdas e danos.

- A) I e III estão corretas
- B) I, II e III estão incorretas
- C) Somente I está correta
- D) Somente III está incorreta

84) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Contratos.

- I. O estipulante pode reservar-se o direito de substituir o terceiro designado no contrato, mediante a sua anuência e da do outro contratante.
- II. Quando o vício, por sua natureza, só puder ser conhecido mais tarde, o prazo contar-se-á do momento em que dele tiver ciência, até o prazo máximo de cento e oitenta dias, em se tratando de bens imóveis; e de um ano, para os móveis.
- III. Pode o adquirente demandar pela evicção, ainda que ciente que a coisa era alheia ou litigiosa.

- A) II e III estão corretas
- B) Somente I está incorreta
- C) I, II e III estão incorretas
- D) I e II estão corretas

85) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema **Direito das Obrigações**.

- I. Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação, mas não poderá dar a coisa pior, nem será obrigado a prestar a melhor.
- II. Se o fato puder ser executado por terceiro, será livre ao credor mandá-lo executar à custa do devedor, havendo recusa ou mora deste, sem prejuízo da indenização cabível.
- III. A solidariedade não se presume, mas sim resulta da lei ou da vontade das partes.

- A) Somente III está correta
- B) I, II e III estão corretas
- C) I e III estão incorretas.
- D) Somente I e II estão corretas

86) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema **Personalidade e capacidade**.

- I. Cessará, para os menores, a incapacidade pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.
- II. A existência da pessoa natural termina com a morte, presumindo-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.
- III. Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.

- A) Somente I está correta
- B) II e III estão incorretas
- C) I, II e III estão corretas
- D) Somente II está incorreta

87) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema **Bens**.

- I. Os bens públicos dominicais não podem ser alienados.

Perguntas

- II. São bens públicos os de uso especial, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.
- III. São bens públicos os dominicais, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.

- A) Somente I está incorreta
- B) II e III estão corretas
- C) I, II e III estão incorretas
- D) Somente II está correta

88) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Responsabilidade Civil.

- I. O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- II. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- III. O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.

- A) Somente II está incorreta
- B) I, II e III estão corretas
- C) Somente I está correta
- D) I está incorreta

89) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Posse.

- I. É justa a posse se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- II. É de boa-fé a posse que não for violenta, clandestina ou precária.
- III. Não obsta à manutenção ou reintegração na posse a alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa.

- A) I e II estão incorretas

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

- B) Somente I está incorreta
- C) Somente II está incorreta
- D) I e III estão corretas

90) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema **Registros públicos**.

- I. É vedado às serventias dos registros públicos recusar a recepção, a conservação ou o registro de documentos em forma eletrônica produzidos nos termos estabelecidos pela Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça.
- II. A existência legal das pessoas jurídicas só começa com o registro de seus atos constitutivos.
- III. Se o imóvel não estiver matriculado ou registrado em nome do outorgante, o oficial exigirá a prévia matrícula e o registro do título anterior, qualquer que seja a sua natureza, para manter a continuidade do registro.

- A) Somente II está incorreta
- B) Somente II e III estão corretas
- C) I e III estão incorretas
- D) I, II e III estão corretas

91) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema **Liquidação de sentença**.

- I. Quando a apuração do valor depender apenas de cálculo aritmético, o credor poderá promover, desde logo, o cumprimento da sentença.
- II. Na liquidação por arbitramento, o juiz intimará as partes para a apresentação de pareceres ou documentos elucidativos, no prazo que fixar, e, caso não possa decidir de plano, nomeará perito, observando-se, no que couber, o procedimento da prova pericial.
- III. Na liquidação pelo procedimento comum, o juiz determinará a intimação do requerido, na pessoa de seu advogado ou da sociedade de advogados a que estiver vinculado, para, querendo, apresentar contestação no prazo de 10 (dez) dias.

- A) II e III estão incorretas
- B) Somente II está correta

Perguntas

- C) I e II estão corretas
- D) I, II e III estão incorretas

92) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema **Cumprimento de sentença**.

- I. Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a condição ou termo, o cumprimento da sentença independe de demonstração de que se realizou a condição ou de que ocorreu o termo.
- II. A autocomposição judicial pode envolver sujeito estranho ao processo e versar sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo.
- III. A requerimento do executado, o protesto será cancelado por determinação do juiz, mediante ofício a ser expedido ao cartório, no prazo de 3 (três) dias, contado da data de protocolo do requerimento, desde que comprovada a satisfação integral da obrigação.

- A) I, II e III estão corretas
- B) Somente I está incorreta
- C) I e II estão incorretas
- D) Somente III está correta

93) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema **Cumprimento de sentença**.

- I. A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes ao trânsito em julgado da sentença.
- II. Quando se alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, cumprirá à executada declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição.
- III. Considera-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso.

- A) I está incorreta
- B) I e III estão corretas
- C) Somente II está correta
- D) III está incorreta

94) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema **Processo de Execução**.

- I. O exequente ressarcirá ao executado os danos que este sofreu, quando a sentença, transitada em julgado, declarar inexistente, no todo ou em parte, a obrigação que ensejou a execução.
- II. O credor não poderá iniciar a execução ou nela prosseguir se o devedor cumprir a obrigação, mas poderá recusar o recebimento da prestação se ela não corresponder ao direito ou à obrigação estabelecidos no título executivo, caso em que poderá requerer a execução forçada, ressalvado ao devedor o direito de embargá-la.
- III. Nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, a fraude à execução verifica-se a partir da citação da parte cuja personalidade se pretende desconsiderar.

- A) Somente I está incorreta
- B) II e III estão incorretas
- C) Somente I e III estão corretas
- D) I, II e III estão corretas

95) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema **Ação monitória**.

- I. Sendo evidente o direito do autor, o juiz deferirá a expedição de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, concedendo ao réu prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa.
- II. Na ação monitória, admite-se citação por qualquer dos meios permitidos para o procedimento comum.

Perguntas

III. É admissível ação monitória em face da Fazenda Pública.

- A) I, II e III estão corretas
- B) Somente II está correta
- C) I está incorreta
- D) Somente III está correta

96) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema **Ação rescisória**.

- I. Há erro de fato quando a decisão rescindenda admitir fato inexistente ou quando considerar inexistente fato efetivamente ocorrido, sendo indispensável, em ambos os casos, que o fato não represente ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter se pronunciado.
- II. Os atos de disposição de direitos, praticados pelas partes ou por outros participantes do processo e homologados pelo juízo, bem como os atos homologatórios praticados no curso da execução, não estão sujeitos à anulação.
- III. A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória.

- A) II está incorreta
- B) I, II e III estão corretas
- C) Somente I está correta
- D) II e III estão incorretas

97) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema **Ação rescisória**.

- I. Se os fatos alegados pelas partes dependerem de prova, o relator poderá delegar a competência ao órgão que proferiu a decisão rescindenda, fixando prazo de 1 (um) a 3 (três) meses para a devolução dos autos.
- II. Nas hipóteses de simulação ou de colusão das partes, o prazo começa a contar, para o terceiro prejudicado e para o Ministério Público, que não interveio no processo, a partir do momento em que têm ciência da simulação ou da colusão.
- III. Não tem legitimidade para propor a ação rescisória aquele que não foi ouvido no processo, ainda que lhe era obrigatória a intervenção.

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

- A) I, II e III estão corretas
- B) I e III estão incorretas
- C) Somente I está correta
- D) Somente III está incorreta

98) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Tutela Provisória.

- I. Ressalvada disposição especial, na ação de competência originária de tribunal e nos recursos a tutela provisória será requerida ao órgão jurisdicional competente para apreciar o mérito.
- II. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
- III. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

- A) Somente I e III estão corretas
- B) II está incorreta
- C) I, II e III estão corretas
- D) Somente I está correta

99) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Tutela Provisória.

- I. A tutela de evidência pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para assecuração do direito.
- II. Caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 15 (quinze) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.
- III. O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse, salvo se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.

- A) I, II e III estão corretas

Perguntas

- B) I e II estão incorretas
- C) Somente II está incorreta
- D) II e III estão corretas

100) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Formação, suspensão e extinção do processo.

- I. Suspende-se o processo pelo parto ou pela concessão de adoção, quando a advogada responsável pelo processo constituir a única patrona da causa.
- II. No caso de morte do procurador de qualquer das partes, desde que não iniciada a audiência de instrução e julgamento, o juiz determinará que a parte constitua novo mandatário, no prazo de 15 (quinze) dias, ao final do qual extinguirá o processo sem resolução de mérito, se o autor não nomear novo mandatário, ou ordenará o prosseguimento do processo à revelia do réu, se falecido o procurador deste.
- III. Se o conhecimento do mérito depender de verificação da existência de fato delituoso, o juiz pode determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça criminal, sendo que, caso a ação penal não seja proposta no prazo de 3 (três) meses, contado da intimação do ato de suspensão, cessará o efeito desse, incumbindo ao juiz cível examinar incidentalmente a questão prévia.

- A) Somente I está correta
- B) I e II estão incorretas
- C) I e III estão corretas
- D) Somente III está correta

101) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Processo de Conhecimento.

- I. Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas serão consideradas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor, e serão incluídas na condenação, enquanto durar a obrigação, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las.
- II. Quando, pela lei ou pelo contrato, a escolha couber ao devedor, o juiz lhe assegurará o direito de cumprir a prestação de um ou de outro modo,

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

desde que o autor tenha formulado pedido alternativo.

III. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.

- A) I, II e III estão corretas
- B) Somente I está correta
- C) Somente III está incorreta
- D) I e III estão corretas

102) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Litisconsórcio.

- I. O requerimento de limitação interrompe o prazo para manifestação ou resposta, que recomeçará da intimação da decisão que o solucionar.
- II. O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.
- III. Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Somente I e III estão corretas
- C) Somente I está incorreta
- D) I e II estão incorretas.

103) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Intervenção de Terceiros.

- I. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.
- II. Se qualquer parte alegar que falta ao requerente interesse jurídico para intervir, o juiz decidirá o incidente, com suspensão do processo.
- III. A assistência simples não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se

Perguntas

funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.

- A) Somente I está correta
- B) I e III estão corretas
- C) Somente III está incorreta
- D) I, II e III estão incorretas

104) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Intervenção de Terceiros.

- I. O direito regressivo será exercido por ação autônoma quando a denúncia da lide for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida.
- II. Admite-se uma única denúncia sucessiva, promovida pelo denunciado, contra seu antecessor imediato na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo, não podendo o denunciado sucessivo promover nova denúncia, hipótese em que eventual direito de regresso será exercido por ação autônoma.
- III. É admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu dos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.

- A) Somente I e II estão corretas
- B) III está incorreta
- C) Somente III está correta.
- D) I, II e III estão corretas.

105) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Intervenção de Terceiros.

- I. Dispensa-se a instauração do incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.
- II. Instaurado o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.
- III. Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente.

- A) I, II e III estão incorretas
- B) Somente I está incorreta
- C) I, II e III estão corretas
- D) Somente II e III estão corretas

106) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Competência.

- I. A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado.
- II. O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, desde que o óbito não tenha ocorrido no estrangeiro.
- III. Se a União for a demandada, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou no Distrito Federal.

- A) I e II estão corretas
- B) II está incorreta
- C) I, II e III estão corretas
- D) II e III estão incorretas

107) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Sujeitos do processo.

- I. Serão representados em juízo, ativa e passivamente a sociedade e a associação irregulares e outros entes organizados sem personalidade jurídica, pela pessoa a quem couber a administração de seus bens.
- II. Os Estados e o Distrito Federal poderão ajustar compromisso recíproco para prática de ato processual por seus procuradores em favor de outro ente federado, mediante convênio firmado pelas respectivas procuradorias.
- III. A sociedade ou associação sem personalidade jurídica poderá opor a irregularidade de sua constituição quando demandada.

- A) III está incorreta
- B) I, II e III estão corretas

Perguntas

- C) Somente II está correta
- D) Somente I está correta

108) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Mandado de Segurança.

- I. As autoridades administrativas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação da medida liminar, remeterão ao Ministério ou órgão a que se acham subordinadas e ao Advogado-Geral da União ou a quem tiver a representação judicial da União, do Estado, do Município ou da entidade apontada como coatora cópia autenticada do mandado notificatório, assim como indicações e elementos outros necessários às providências a serem tomadas para a eventual suspensão da medida e defesa do ato apontado como ilegal ou abusivo de poder.
- II. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 2 (dois) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, mediante, para tanto, autorização especial.
- III. O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 20 (vintes) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.

- A) I, II e III estão incorretas
- B) I e III estão corretas
- C) Somente II está incorreta
- D) II e III estão incorretas

109) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Ação Civil Pública.

- I. Admitir-se-á o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e di-

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

reitos de que cuida a lei da Ação Civil Pública.

- II. Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, somente o Ministério Público poderá assumir a titularidade ativa da Ação Civil Pública.
- III. Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo judicial.

- A) I e III estão corretas
- B) II e III estão incorretas
- C) Somente III está incorreta
- D) I, II e III estão incorretas

110) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Ação Popular.

- I. Em se tratando de instituições ou fundações, para cuja criação ou custeio o tesouro público concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, bem como de pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas, as consequências patrimoniais da invalidez dos atos lesivos terão por limite a repercussão deles sobre a contribuição dos cofres públicos.
- II. Para fins de competência, equiparam-se atos da União, do Distrito Federal, do Estado ou dos Municípios os atos das pessoas criadas ou mantidas por essas pessoas jurídicas de direito público, bem como os atos das sociedades de que elas sejam acionistas e os das pessoas ou entidades por elas subvencionadas ou em relação às quais tenham interesse patrimonial.
- III. A pessoas jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.

- A) I está incorreta
- B) Somente II e III estão corretas
- C) I, II e III estão corretas
- D) Somente III está correta

Perguntas

111) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Reclamação.

- I. É inadmissível a reclamação proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.
- II. A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado prejudica a reclamação.
- III. Na reclamação que não houver formulado, o Ministério Público terá vista do processo por 15 (quinze) dias, após o decurso do prazo para informações e para o oferecimento da contestação pelo beneficiário do ato impugnado.

- A) I e III estão corretas
- B) I está correta
- C) I, II e III estão incorretas
- D) Somente III está incorreta

112) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Embargos de Terceiro.

- I. Os embargos podem ser de terceiro proprietário ou possuidor, exceto o fiduciário.
- II. Considera-se terceiro, para ajuizamento dos embargos, o credor com garantia real para obstar expropriação judicial do objeto de direito real de garantia, caso não tenha sido intimado, nos termos legais dos atos expropriatórios respectivos.
- III. Os embargos podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença e, no cumprimento de sentença ou no processo de execução, até 15 (quinze) dias depois da adjudicação, da alienação por iniciativa particular ou da arrematação, ainda que após a assinatura da respectiva carta.

- A) II está correta
- B) I, II e III estão incorretas
- C) Somente I está incorreta
- D) Somente III está incorreta

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

113) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema **Sentença e Coisa julgada**.

- I. Se o autor der causa, por 2 (duas) vezes, a sentença fundada em abandono da causa, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.
- II. A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.
- III. Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão.

- A) I, II e III estão corretas
- B) I e II estão incorretas
- C) II e III estão corretas
- D) Somente III está correta

114) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema **Remessa Necessária**.

- I. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público, não se aplica o presente instituto quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público.
- II. Aplica-se o instituto da remessa necessária quando a sentença estiver fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.
- III. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal.

- A) Somente I está correta

Perguntas

- B) II e III estão incorretas
- C) I, II e III estão corretas
- D) Somente II está incorreta

115) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Medida cautelar fiscal.

- I. O procedimento cautelar fiscal poderá ser instaurado após a constituição do crédito, inclusive no curso da execução judicial da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias.
- II. A indisponibilidade patrimonial poderá ser estendida em relação aos bens adquiridos a qualquer título do requerido ou daqueles que estejam ou tenham estado na função de administrador, desde que seja capaz de frustrar a pretensão da Fazenda Pública.
- III. Não cessa a eficácia da medida cautelar fiscal, ainda que o requerido promova a quitação do débito que está sendo executado.
- IV. O Juiz concederá liminarmente a medida cautelar fiscal, dispensada a Fazenda Pública de justificação prévia e de prestação de caução, sendo que do despacho que conceder liminarmente a medida cautelar caberá recurso de apelação.

- A) I e II estão corretas
- B) II, III e IV estão incorretas
- C) Somente IV está incorreta
- D) Somente II está correta

116) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Ação discriminatória.

- I. Encontradas ocupações, legítimas ou não, serão lavrados os respectivos termos de identificação, que serão encaminhados ao órgão competente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária–INCRA, para as providências cabíveis.
- II. Serão notificados, por ofício, os interessados e seus cônjuges para, no prazo não inferior a 8 (oito) nem superior a 30 (trinta) dias, a contar da juntada ao processo do recibo de notificação, celebrarem com a União os termos cabíveis.

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

III. O processo discriminatório judicial será promovido quando o processo discriminatório administrativo for dispensado ou interrompido por presumida ineficácia.

- A) I, II e III estão incorretas.
- B) Somente III está correta
- C) Somente I está correta
- D) I, II e III estão corretas

117) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Ordem dos Processos nos Tribunais.

- I. Quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, assegurado às partes e a eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores.
- II. Constatada a ocorrência de vício insanável, inclusive aquele que possa ser conhecido de ofício, o relator determinará a realização ou a renovação do ato processual, no próprio tribunal ou em primeiro grau de jurisdição, intimadas as partes.
- III. Se o relator constatar a ocorrência de fato superveniente à decisão recorrida ou a existência de questão apreciável de ofício ainda não examinada que devam ser considerados no julgamento do recurso, intimará as partes para que se manifestem no prazo de 15 (quinze) dias.

- A) Somente II está incorreta
- B) I está correta
- C) I, II e III estão incorretas
- D) I e III estão corretas

118) Julgue os itens abaixo, no que toca aos temas Assunção de Competência e Resolução de Demandas Repetitivas.

- I. O acórdão proferido em assunção de competência vinculará todos os

Perguntas

juízes e órgãos fracionários, inclusive se houver revisão de tese.

- II. A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade não impede que, uma vez satisfeito o requisito, seja o incidente novamente suscitado.
- III. O relator ouvirá as partes e os demais interessados, inclusive pessoas, órgãos e entidades com interesse na controvérsia, que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, poderão requerer a juntada de documentos, bem como as diligências necessárias para a elucidação da questão de direito controvertida, e, em seguida, manifestar-se-á o Ministério Público, no mesmo prazo.

- A) I está incorreta
- B) I, II e III estão corretas
- C) I e II estão incorretas
- D) Somente III está correta

119) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Recursos.

- I. A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
- II. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso, sendo que a desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquele objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.
- III. O recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso.

- A) Somente I e III estão corretas
- B) III está incorreta
- C) I, II e III estão corretas
- D) Somente I e II estão incorretas

120) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Recursos.

- I. As questões de fato não propostas no juízo inferior não poderão ser suscitadas na apelação, ainda que a parte alegue que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.
 - II. Se os embargos de declaração forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior, o recurso interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração será processado e julgado independentemente de ratificação.
 - III. Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos.
- A) I, II e III estão corretas
B) Somente II e III estão corretas
C) I e II estão incorretas
D) Somente III está correta.

DIREITO EMPRESARIAL

121) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Nome Empresarial.

- I. A sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada operará sob firma, na qual somente os nomes daqueles poderão figurar, bastando para formá-la aditar ao nome de um deles a expressão "e companhia" ou sua abreviatura.
- II. A sociedade anônima opera sob denominação integrada pelas expressões □sociedade anônima□ ou □companhia□, por extenso ou abreviadamente, sendo obrigada a designação do objeto social.
- III. A inscrição do nome empresarial será cancelada, a requerimento de qualquer interessado, quando cessar o exercício da atividade para que foi adotado, ou quando ultimar-se a liquidação da sociedade que o inscreveu.

- A) II e III estão incorretas.
- B) I, II e III estão corretas
- C) Somente I está correta
- D) II está incorreta

122) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Empresário.

- I. O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária.
- II. Poderá o incapaz, desde que exclusivamente por meio de representante, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança, não ficando sujeitos ao resultado da empresa os bens que o incapaz já possuía, ao tempo da sucessão ou da interdição, desde que estranhos ao acervo daquela, independente de tais fatos constarem no alvará que conceder a autorização.
- III. O empresário casado pode, mediante outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

- A) Somente III está incorreta
- B) I, II e III estão incorretas
- C) Somente I está correta
- D) I e II estão corretas

123) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Empresário.

- I. Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.
- II. Além de no Registro Civil, serão arquivados e averbados, no Registro Público de Empresas Mercantis, os pactos e declarações antenupciais do empresário, o título de doação, herança, ou legado, de bens clausulados de incomunicabilidade ou inalienabilidade.
- III. A sentença que decretar ou homologar a separação judicial do empresário e o ato de reconciliação podem ser opostos a terceiros antes de arquivados e averbados no Registro Público de Empresas Mercantis.

- A) Somente I e II estão corretas
- B) I e III estão incorretas
- C) I, II e III estão corretas
- D) Somente I está correta

124) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Estabelecimento Empresarial.

- I. O estabelecimento não se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual.
- II. Quando o local onde se exerce a atividade empresarial for virtual, o endereço informado para fins de registro poderá ser somente o endereço do empresário individual.
- III. Pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.

- A) I e II estão incorretas

Perguntas

- B) I, II e III estão corretas
- C) II está incorreta
- D) Somente II e III estão corretas

125) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Estabelecimento Empresarial.

- I. Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, desde que de modo expresso, em trinta dias a partir de sua notificação.
- II. O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo subsidiariamente obrigado pelo prazo de um ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.
- III. Salvo disposição em contrário, a transferência importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, ainda que tenham caráter pessoal, podendo os terceiros rescindir o contrato em trinta dias a contar da publicação da transferência, se ocorrer justa causa, ressalvada, neste caso, a responsabilidade do alienante.

- A) I está correta
- B) I, II e III estão incorretas
- C) Somente I está incorreta
- D) Somente III está incorreta

126) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Sociedades Empresárias.

- I. Independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações e, simples, a cooperativa.
- II. Em relação a Sociedade em Comum, os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expresso limitativo de poderes, que somente terá eficácia contra o terceiro que o conheça ou deva conhecer.
- III. A falência do sócio ostensivo acarreta a dissolução da sociedade e a liq-

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

uidação da respectiva conta, cujo saldo constituirá crédito quirografário.

- A) I, II e III estão corretas
- B) III está incorreta
- C) Somente II e III estão corretas
- D) I está incorreta

127) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Sociedades Empresárias.

- I. Não podem ser administradores, além das pessoas impedidas por lei especial, os condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.
- II. No silêncio do contrato, os administradores podem praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade, de forma que, não constituindo objeto social, a oneração ou a venda de bens imóveis depende do que a maioria dos sócios decidir.
- III. Os herdeiros do cônjuge de sócio, ou o cônjuge do que se separou judicialmente, não podem exigir desde logo a parte que lhes couber na quota social, mas concorrer à divisão periódica dos lucros, até que se liquide a sociedade.

- A) Somente II está correta
- B) I e III estão incorretas
- C) Somente III está incorreta
- D) I, II e III estão corretas

128) Julgue os itens abaixo, no que toca a Lei nº 11.101/2005.

- I. A distribuição do pedido de falência ou de recuperação judicial ou a homologação de recuperação extrajudicial previne a jurisdição para qualquer outro pedido de falência, de recuperação judicial ou de homologação de recuperação extrajudicial relativo ao mesmo devedor.

Perguntas

II. O processamento da recuperação judicial ou a decretação da falência não autoriza o administrador judicial a recusar a eficácia da convenção de arbitragem, não impedindo ou suspendendo a instauração de procedimento arbitral.

III. Os créditos não definitivamente constituídos, não inscritos em dívida ativa ou com exigibilidade suspensa, não poderão ser informados em momento posterior.

- A) I e II estão corretas
- B) II e III estão incorretas
- C) Somente I está correta.
- D) Somente III está correta

129) Julgue os itens abaixo, no que toca a Lei nº 11.101/2005.

I. A falência é mecanismo de preservação de benefícios econômicos e sociais decorrentes da atividade empresarial, por meio da liquidação imediata do devedor e da rápida realocação útil de ativos na economia.

II. A responsabilidade pessoal dos sócios de responsabilidade limitada, dos controladores e dos administradores da sociedade falida, estabelecida nas respectivas leis, será apurada no próprio juízo da falência, independentemente da realização do ativo e da prova da sua insuficiência para cobrir o passivo, observado o procedimento ordinário previsto no Código de Processo Civil.

III. É vedada a extensão da falência ou de seus efeitos, no todo ou em parte, aos sócios de responsabilidade limitada, aos controladores e aos administradores da sociedade falida, admitida, contudo, a desconsideração da personalidade jurídica.

- A) I, II e III estão incorretas
- B) Somente II está correta
- C) I, II e III estão corretas
- D) Somente I está correta

130) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Sociedade por Ações.

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

- I. A companhia pode ter por objeto participar de outras sociedades, ainda que não prevista no estatuto, a participação é facultada como meio de realizar o objeto social, ou para beneficiar-se de incentivos fiscais.
- II. O nome do fundador, acionista, ou pessoa que por qualquer outro modo tenha concorrido para o êxito da empresa, não poderá figurar na denominação.
- III. A Comissão de Valores Mobiliários poderá classificar as companhias abertas em categorias, segundo as espécies e classes dos valores mobiliários por ela emitidos negociados no mercado, e especificará as normas sobre companhias abertas aplicáveis a cada categoria.

- A) I e II estão incorretas
- B) Somente II está incorreta
- C) I, II e III estão corretas
- D) Somente III está correta

DIREITO INTERNACIONAL

131) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Direito do Mar.

- I. É reconhecido aos navios de todas as nacionalidades o direito de passagem inocente no mar territorial brasileiro.
- II. A passagem será considerada inocente desde que não seja prejudicial à paz, à boa ordem ou à segurança do Brasil, devendo ser contínua e rápida.
- III. A passagem inocente poderá compreender o parar e o fundear, mas apenas na medida em que tais procedimentos constituam incidentes comuns de navegação ou sejam impostos por motivos de força ou por dificuldade grave, ou tenham por fim prestar auxílio a pessoas a navios ou aeronaves em perigo ou em dificuldade grave.

- A) I, II e III estão incorretas.
- B) Somente II está incorreta.
- C) I, II e III estão corretas
- D) Somente II está correta.

132) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Direito do mar.

- I. A zona contígua brasileira compreende uma faixa que se estende das quatorze às vinte e quatro milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial.
- II. Na zona econômica exclusiva, o Brasil, no exercício de sua jurisdição, tem o direito exclusivo de regulamentar a investigação científica marinha, a proteção e preservação do meio marítimo, bem como a construção, operação e uso de todos os tipos de ilhas artificiais, instalações e estruturas.
- III. A zona econômica exclusiva brasileira compreende uma faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial.

- A) I, II e III estão corretas
- B) Somente III está correta.
- C) I, II e III estão incorretas.

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

D) Somente I está incorreta.

133) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Lei nº 13.445, que dispõe sobre a migração.

- I. A deportação é medida decorrente de procedimento administrativo que consiste na retirada compulsória de pessoa que se encontre em situação migratória irregular em território nacional.
- II. A expulsão consiste em medida administrativa de retirada compulsória de migrante ou visitante do território nacional, conjugada com o impedimento de reingresso por prazo indeterminado.
- III. Não se procederá à repatriação, à deportação ou às expulsões coletivas, entendendo-se por repatriação, deportação ou expulsão coletiva aquela que não individualiza a situação migratória irregular de cada pessoa.

- A) II e III estão corretas
- B) II está incorreta.
- C) Somente III está correta.
- D) I e II estão incorretas.

134) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Lei nº 13.445, que dispõe sobre a migração.

- I. . A naturalização extraordinária será concedida a pessoa de qualquer nacionalidade fixada no Brasil há mais de 15 (quinze) anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeira a nacionalidade brasileira.
- II. A naturalização provisória poderá ser concedida à migrante criança ou adolescente que tenha fixado residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade e deverá ser requerida por intermédio de seu representante legal.
- III. O pedido de naturalização será apresentado e processado na forma prevista pelo órgão competente do Poder Executivo, sendo incabível recurso em caso de denegação.

- A) I e II estão corretas
- B) Somente II está correta

Perguntas

- C) I e III estão incorretas
- D) I, II e III estão corretas

135) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema tratados internacionais.

- I. Os direitos e garantias expressos na Constituição da República Federativa do Brasil não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
 - II. O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
 - III. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- A) I, II e III estão corretas
 - B) Somente I está correta
 - C) Somente III está incorreta
 - D) II e III estão incorretas

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

136) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema aplicação da lei penal sob a ótica do Código Penal.

- I. A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- II. A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.
- III. É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil

- A) Somente I e III estão corretas
- B) I, II e III estão corretas
- C) Somente II está incorreta
- D) II e III estão incorretas

137) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Crime.

- I. O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.
- II. É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima, havendo isenção de pena inclusive quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.
- III. Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

- A) I, II e III estão corretas
- B) Somente I está correta
- C) Somente II está incorreta
- D) I e II estão incorretas

Perguntas

138) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Crimes contra a Administração pública.

- I. Configura excesso de exação se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.
- II. Configura corrupção passiva exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- III. Configura advocacia administrativa deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

- A) II e III estão incorretas
- B) Somente II está incorreta
- C) I, II e III estão incorretas
- D) I e III estão corretas

139) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Crimes Ação Penal.

- I. No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- II. Se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo, independente de concordância do investigado e seu defensor.
- III. As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas poderão exercer a ação penal, devendo ser representadas por quem os respectivos contratos ou estatutos designarem ou, no silêncio destes, pelos seus diretores ou sócios-gerentes.

- A) Somente I está correta
- B) I, II e III estão corretas
- C) I e II estão incorretas

D) Somente II está incorreta

140) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema interceptação telefônica.

- I. O pedido de interceptação de comunicação telefônica conterà a demonstração de que a sua realização é necessária à apuração de infração penal, com indicação dos meios a serem empregados, sendo que, excepcionalmente, o juiz poderá admitir que o pedido seja formulado verbalmente, desde que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação, caso em que a concessão será condicionada à sua redução a termo.
- II. Para investigação ou instrução criminal, poderá ser autorizada pelo juiz, a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público, a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis e igualmente eficazes ou, também, quando houver elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos ou em infrações penais conexas.
- III. A instalação do dispositivo de captação ambiental poderá ser realizada, quando necessária, por meio de operação policial disfarçada ou no período noturno, inclusive na casa.

- A) I, II e III estão corretas
- B) Somente I e II estão corretas
- C) I e III estão incorretas
- D) Somente II está correta

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

141) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema relação de emprego.

- I. Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis subsidiariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.
- II. Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio.
- III. O sócio retirante responderá solidariamente com os demais quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato.

- A) I e III estão incorretas
- B) I está incorreta
- C) I, II e III estão corretas
- D) Somente III está correta

142) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema remuneração e salário.

- I. Trabalho de igual valor será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos.
- II. A equiparação salarial só será possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função, ficando vedada a indicação de paradigmas remotos, ainda que o paradigma contemporâneo tenha obtido a vantagem em ação judicial própria.
- III. Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também o valor cobrado pela empresa,

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

como serviço ou adicional, a qualquer título, e destinado à distribuição aos empregados.

- A) Somente I está correta
- B) Somente II está incorreta
- C) I e II estão incorretas
- D) I, II e III estão corretas

143) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema estabilidade.

- I. A confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória.
- II. Se tiver havido prévio reconhecimento da estabilidade do empregado, o julgamento do inquérito pela Junta ou Juízo não prejudicará a execução para pagamento dos salários devidos ao empregado, até a data da instauração do mesmo inquérito.
- III. Desde o registro da candidatura até um ano após o fim do mandato, o membro da comissão de representantes dos empregados não poderá sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.

- A) I, II e III estão incorretas
- B) II está incorreta
- C) I, II e III estão corretas
- D) Somente I e II estão corretas

144) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema duração do trabalho.

- I. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta e seis horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.
- II. Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força exclusivamente de convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um

Perguntas

dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

- III. Sempre que ocorrer interrupção do trabalho, resultante de causas acidentais, ou de força maior, que determinem a impossibilidade de sua realização, a duração do trabalho poderá ser prorrogada pelo tempo necessário até o máximo de 2 (duas) horas, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que não exceda de 12 (doze) horas diárias, em período não superior a 35 (trinta e cinco) dias por ano, sujeita essa recuperação à prévia autorização da autoridade competente.

- A) Somente I está incorreta
- B) I e II estão corretas
- C) Somente II está correta.
- D) I, II e III estão incorretas

145) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema recursos.

- I. O recurso de revista, dotado de efeito apenas devolutivo, será interposto perante o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, que, por decisão fundamentada, poderá recebê-lo ou denegá-lo.
- II. Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.
- III. É irrecorrível a decisão monocrática do relator que, em agravo de instrumento em recurso de revista, considerar ausente a transcendência da matéria.

- A) I, II e III estão corretas
- B) Somente III está correta
- C) II está incorreta
- D) Somente I está correta

DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL

146) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Seguridade Social.

- I. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base no seguinte objetivo, dentre outros, diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.
- II. As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social integram o orçamento da União.
- III. O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social a competência cuja contribuição seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida para sua categoria, não sendo assegurado o agrupamento de contribuições.

- A) I, II e III estão incorretas
- B) I está correta
- C) Somente II está incorreta
- D) Somente III está incorreta

147) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Regime Geral de Previdência Social.

- I. O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social □ RGPS que permanecer em atividade sujeita a este Regime, ou a ele retornar, não fará jus a prestação alguma da Previdência Social em decorrência do exercício dessa atividade, exceto ao salário-família e à reabilitação profissional, quando empregado.
- II. É considerada agravação ou complicação de acidente do trabalho a lesão que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às consequências do anterior.
- III. Independe de carência a concessão de pensão por morte, salário-família e auxílio-acidente.

Perguntas

- A) Somente I e III estão corretas
- B) II e III estão incorretas
- C) Somente I está correta
- D) Somente III está correta

148) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Regime Geral de Previdência Social.

- I. O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente ou provisória de outra pessoa será acrescido de 30% (trinta por cento).
- II. A aposentadoria por idade pode ser requerida pela empresa, desde que o segurado empregado tenha cumprido o período de carência e completado 70 (setenta) anos de idade, se do sexo masculino, ou 65 (sessenta e cinco) anos, se do sexo feminino, sendo compulsória, caso em que será garantida ao empregado a indenização prevista na legislação trabalhista, considerada como data da rescisão do contrato de trabalho a imediatamente anterior à do início da aposentadoria.
- III. Não será devido o auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, exceto quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento da doença ou da lesão.

- A) Somente III está correta
- B) Somente I está incorreta
- C) I, II e III estão corretas
- D) Somente II está correta

149) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Regime Geral de Previdência Social.

- I. O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

- II. Perde o direito à pensão por morte o condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, inclusive os absolutamente incapazes e os inimputáveis.
- III. O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria.

- A) I, II e III estão corretas
- B) Somente I está correta
- C) Somente III está correta
- D) II está incorreta

150) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Previdência complementar.

- I. As entidades de previdência complementar somente poderão instituir e operar planos de benefícios para os quais tenham autorização específica, segundo as normas aprovadas pelo órgão regulador e fiscalizador.
- II. Considera-se participante, a pessoa física que aderir aos planos de benefícios e, como assistido, o participante ou seu beneficiário em gozo de benefício de prestação continuada.
- III. Não será admitida a portabilidade na inexistência de cessação do vínculo empregatício do participante com o patrocinador.

- A) II e III estão incorretas
- B) Somente I está correta
- C) I, II e III estão corretas
- D) Somente I e III estão corretas

DIREITO ELEITORAL

151) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Propaganda eleitoral.

- I. Ao postulante a candidatura a cargo eletivo é permitida a realização, na quinzena anterior à escolha pelo partido, de propaganda intrapartidária com vista à indicação de seu nome, vedado o uso de rádio, televisão e outdoor.
- II. Não será permitido qualquer tipo de propaganda política paga no rádio e na televisão.
- III. Não será considerada propaganda eleitoral antecipada a convocação, por parte do Presidente da República, dos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, de redes de radiodifusão para divulgação de atos que denotem propaganda política ou ataques a partidos políticos e seus filiados ou instituições.

- A) I e II estão corretas
- B) Somente II está correta
- C) I e III estão incorretas
- D) Somente I está correta

152) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Propaganda eleitoral.

- I. Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum, inclusive postes de iluminação pública, sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta e exposição de placas, estandartes, faixas, cavaletes, bonecos e assemelhados.
- II. Nas árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, não é permitida a colocação de propaganda eleitoral de qualquer natureza, salvo quando não lhes cause danos.
- III. Depende da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, adesivos, volantes e outros impressos, os quais devem ser editados sob a responsabilidade do partido, coligação ou candidato.

- A) I, II e III estão incorretas
- B) I e III estão corretas
- C) II e III estão incorretas
- D) Somente II está incorreta

153) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Propaganda eleitoral.

- I. É vedada a propaganda eleitoral mediante outdoors, inclusive eletrônicos, sujeitando-se a empresa responsável, os partidos, as coligações e os candidatos à imediata retirada da propaganda irregular e ao pagamento de multa.
- II. Fica vedada a utilização da propaganda de candidaturas proporcionais como propaganda de candidaturas majoritárias e vice-versa.
- III. É vedada a utilização de impulsionamento de conteúdos e ferramentas digitais não disponibilizadas pelo provedor da aplicação de internet, ainda que gratuitas, para alterar o teor ou a repercussão de propaganda eleitoral, tanto próprios quanto de terceiros.

- A) Somente II está incorreta
- B) I e II estão incorretas
- C) Somente I e III estão corretas
- D) I, II e III estão corretas

154) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema Condutas vedadas aos agentes públicos.

- I. É proibida ao agente público, servidor ou não, empenhar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a 6 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito.

Perguntas

- II. Reputa-se agente público, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional.
- III. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que a Defensoria Pública poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

- A) I e II estão corretas
- B) Somente I está correta
- C) II e III estão incorretas
- D) Somente II está correta

155) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema *Condutas vedadas aos agentes públicos*.

- I. Nos três meses que antecederem as eleições, na realização de inaugurações é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos.
- II. É proibido a qualquer candidato comparecer, nos 2 (dois) meses que precedem o pleito, a inaugurações de obras públicas.
- III. É proibida ao agente público, servidor ou não, usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram.

- A) I, II e III estão corretas
- B) II está incorreta
- C) Somente I está correta
- D) II e III estão incorretas

DIREITO AGRÁRIO

156) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema política agrícola e reforma agrária.

- I. O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.
- II. São isentas somente de impostos estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.
- III. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, ainda que seu proprietário possua outra.

- A) I, II e III estão corretas
- B) I, II e III estão incorretas
- C) II e III estão incorretas
- D) Somente I e II estão corretas

157) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema política agrícola e reforma agrária.

- I. A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Senado Federal.
- II. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de vinte anos.
- III. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

- A) I e II estão incorretas

Perguntas

- B) II e III estão corretas
- C) Somente I está incorreta
- D) I e III estão corretas

158) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária, sob a ótica da Lei Complementar 76/1993.

- I. Declarado o interesse social, para fins de reforma agrária, fica o expropriante legitimado a promover a vistoria e a avaliação do imóvel, inclusive com o auxílio de força policial, independentemente de prévia autorização do juiz, responsabilizando-se por eventuais perdas e danos que seus agentes vierem a causar, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- II. A ação de desapropriação deverá ser proposta dentro do prazo de cinco anos, contado da publicação do decreto declaratório.
- III. Inexistindo dúvida acerca do domínio ou de algum direito real sobre o bem ou, ainda, sobre os direitos dos titulares do domínio útil e do domínio direto, em caso de enfiteuse ou aforamento, ou, ainda, inexistindo divisão, hipótese em que o valor da indenização ficará depositado à disposição do juízo enquanto os interessados não resolverem seus conflitos em ações próprias, poderá o expropriando requerer o levantamento de oitenta por cento da indenização depositada, quitado os tributos e publicados os editais, para conhecimento de terceiros, a expensas do expropriante, duas vezes na imprensa local e uma na oficial, decorrido o prazo de trinta dias.

- A) Somente I está incorreta
- B) I, II e III estão incorretas
- C) Somente II está incorreta
- D) III está correta

159) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária, sob a ótica da Lei Complementar 76/1993.

- I. A pedido do expropriado, após o trânsito em julgado da sentença, será levantada a indenização ou o depósito judicial, deduzidos o valor de trib-

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

utos e multas incidentes sobre o imóvel, exigíveis até a data da imissão na posse pelo expropriante.

- II. O Ministério Público Federal intervirá, obrigatoriamente, após a manifestação das partes, antes de cada decisão manifestada no processo, em qualquer instância.
- III. As ações concernentes à desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária, têm caráter preferencial e prejudicial em relação a outras ações referentes ao imóvel expropriando, e independem do pagamento de preparo ou de emolumentos.

- A) III está incorreta
- B) I, II e III estão corretas
- C) Somente I e II estão corretas
- D) I e III estão incorretas

160) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema contratos agrários.

- I. Os contratos de arrendamento e de parceria poderão ser escritos ou verbais
- II. Os contratos agrários, qualquer que seja o seu valor e sua forma, não poderão ser provados por testemunhas.
- III. A alienação do imóvel rural ou a instituição de ônus reais sobre ele, não interrompe os contratos agrários, ficando o adquirente ou o beneficiário, sub-rogado nos direitos e obrigações do alienante ou do instituidor do ônus.

- A) I, II e III estão corretas
- B) II está incorreta
- C) Somente I está correta
- D) Somente III está correta

LEI COMPLEMENTAR Nº 73

161) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Lei Complementar nº 73, que instituiu a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.

- I. Subordinam-se diretamente ao Advogado-Geral da União, além do seu gabinete, a Procuradoria-Geral da União, a Consultoria-Geral da União, a Corregedoria-Geral da Advocacia-Geral da União, a Secretaria de Controle Interno e, técnica e juridicamente, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- II. As Procuradorias Seccionais, subordinadas às Procuradorias da União e da Fazenda Nacional nos Estados e no Distrito Federal, serão criadas, no interesse do serviço, por proposta do Advogado-Geral da União.
- III. - As Procuradorias e Departamentos Jurídicos das autarquias e fundações públicas são órgãos vinculados à Advocacia-Geral da União.

- A) Somente I está correta
- B) II e III estão incorretas
- C) Somente II está incorreta
- D) I, II e III estão corretas

162) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Lei Complementar nº 73, que instituiu a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.

- I. A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- II. É atribuição do Advogado-Geral da União assistir o Presidente da República no controle interno da legalidade dos atos da Administração.
- III. O Advogado-Geral da União pode avocar quaisquer matérias jurídicas de interesse desta, salvo no que concerne a sua representação extrajudicial.

- A) I e II estão corretas
- B) Somente II está correta
- C) I, II e III estão corretas

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

D) I e III estão incorretas

163) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Lei Complementar nº 73, que instituiu a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.

- I. A Corregedoria-Geral da Advocacia da União tem como atribuições, dentre outras, organizar as listas de promoção e de remoção, julgar reclamações e recursos contra a inclusão, exclusão e classificação em tais listas, e encaminhá-las ao Advogado-Geral da União.
- II. O mandato dos membros eleitos do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União é de dois anos, permitida uma recondução.
- III. O Conselho Superior da Advocacia-Geral da União tem como atribuição editar o respectivo Regimento Interno.

- A) I, II e III estão incorretas
B) Somente I está incorreta
C) III está correta
D) II está correta

164) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Lei Complementar nº 73, que instituiu a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.

- I. Todos os membros do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União têm direito a voto, cabendo ao presidente o de desempate.
- II. Integra o Conselho Superior da Advocacia-Geral da União, o Procurador-Geral da União, que o preside.
- III. A Corregedoria-Geral da Advocacia da União tem como atribuição instaurar, desde que por determinação superior, sindicâncias e processos administrativos contra os Membros da Advocacia-Geral da União.

- A) I e II estão corretas
B) II e III estão incorretas
C) Somente III está incorreta
D) I, II e III estão incorretas

165) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Lei Complementar nº 73, que

Perguntas

instituiu a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.

- I. Às Procuradorias da União organizadas em cada Estado e no Distrito Federal, incumbe representá-la junto à primeira instância da Justiça Federal, comum e especializada.
- II. À Consultoria-Geral da União, direta e imediatamente subordinada ao Advogado-Geral da União, incumbe, principalmente, colaborar com este em seu assessoramento jurídico ao Presidente da República produzindo pareceres, informações e demais trabalhos jurídicos que lhes sejam atribuídos pelo chefe da instituição.
- III. Às Consultorias Jurídicas, órgãos administrativamente subordinados aos Ministros de Estado, ao Secretário-Geral e aos demais titulares de Secretarias da Presidência da República e ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, compete, especialmente fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União.

- A) III está incorreta
- B) Somente I está correta
- C) Somente II está correta
- D) I, II e III estão corretas

166) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Lei Complementar nº 73, que instituiu a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.

- I. À Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, órgão administrativamente subordinado ao titular do Ministério da Fazenda, compete especialmente examinar previamente a legalidade dos contratos, acordos, ajustes e convênios que interessem ao Ministério da Fazenda, inclusive os referentes à dívida pública externa, e promover a respectiva rescisão por via administrativa ou judicial.
- II. São consideradas causas de natureza fiscal as relativas a responsabilidade tributária de transportadores e agentes marítimos.
- III. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional desempenha as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito do Ministério da

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

Fazenda e seus órgãos autônomos e entes tutelados.

- A) I, II e III estão corretas
- B) Somente II e III estão corretas
- C) Somente I está incorreta
- D) Somente III está correta

167) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Lei Complementar nº 73, que instituiu a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.

- I. Aos órgãos jurídicos das autarquias e das fundações públicas compete a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.
- II. A lotação de Assistente Jurídico nos Ministérios, na Secretária-geral e nas demais Secretarias da Presidência da República e no Estado-Maior das Forças Armadas é proposta por seus titulares, e a lotação e distribuição de Procuradores da Fazenda Nacional, pelo respectivo titular.
- III. A promoção por merecimento deve obedecer a critérios objetivos, fixados pela Corregedoria da Advocacia-Geral da União, dentre os quais a presteza e a segurança no desempenho da função, bem como a frequência e o aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento reconhecidos por órgãos oficiais.

- A) I, II e III estão corretas
- B) Somente I está correta
- C) III está incorreta
- D) Somente III está correta

168) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Lei Complementar nº 73, que instituiu a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.

- I. Além das proibições decorrentes do exercício de cargo público, aos membros efetivos da Advocacia-Geral da União é vedado contrariar súmula, parecer normativo ou orientação técnica adotada pelo Advogado-Geral da União.

Perguntas

- II. É defeso aos membros efetivos da Advocacia-Geral da União exercer suas funções em processo judicial ou administrativo em que seja interessado parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro.
- III. Os membros efetivos da Advocacia-Geral da União devem dar-se por impedidos quando hajam proferido parecer favorável à pretensão deduzida em juízo pela parte adversa.

- A) Somente I está correta
- B) I, II e III estão corretas
- C) I e II estão incorretas
- D) Somente II e III estão corretas

169) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Lei Complementar nº 73, que instituiu a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.

- I. Qualquer pessoa pode representar ao Corregedor-Geral da Advocacia da União contra abuso, erro grosseiro, omissão ou qualquer outra irregularidade funcional dos membros da Advocacia-Geral da União.
- II. É privativo do Presidente da República submeter assuntos ao exame do Advogado-Geral da União, inclusive para seu parecer.
- III. O parecer aprovado, ainda que não publicado, obriga as repartições interessadas desde o momento de sua aprovação.

- A) I e III estão corretas
- B) III está correta
- C) Somente II está correta
- D) III está incorreta

170) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Lei Complementar nº 73, que instituiu a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.

- I. O parecer aprovado e publicado juntamente com o despacho presidencial vincula a Administração Federal, cujos órgãos e entidades ficam obrigados a lhe dar fiel cumprimento.
- II. Os pareceres das Consultorias Jurídicas, aprovados pelo Ministro de

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

Estado, pelo Secretário-Geral e pelos titulares das demais Secretarias da Presidência da República ou pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, obrigam, também, os respectivos órgãos autônomos e entidades vinculadas.

III. É facultado ao Advogado-Geral da União convocar quaisquer dos integrantes dos órgãos jurídicos que compõem a Advocacia-Geral da União, para instruções e esclarecimentos.

- A) I, II e III estão corretas
- B) Somente II está correta
- C) I está incorreta
- D) Somente II e III estão corretas

LEI 9.469/97

171) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Lei nº 9.469, que dispõe sobre a intervenção da União.

- I. O Advogado-Geral da União, diretamente ou mediante delegação, e os dirigentes máximos das empresas públicas federais, em conjunto com o dirigente estatutário da área afeta ao assunto, poderão autorizar a realização de acordos ou transações para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais.
- II. Poderão ser criadas câmaras especializadas, desde que compostas por servidores públicos, não podendo integrarem os empregados públicos ainda que efetivos, com o objetivo de analisar e formular propostas de acordos ou transações.
- III. Quando o litígio envolver valores superiores aos fixados em regulamento, o acordo ou a transação, sob pena de nulidade, dependerá de prévia e expressa autorização do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado a cuja área de competência estiver afeto o assunto, ou ainda do Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, de Tribunal ou Conselho, ou do Procurador-Geral da República, no caso de interesse dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário ou do Ministério Público da União, excluídas as empresas públicas federais não dependentes, que necessitarão apenas de prévia e expressa autorização dos dirigentes.

- A) I, II e III estão corretas
- B) II está incorreta
- C) I está incorreta
- D) Somente II e III estão corretas

172) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Lei nº 9.469, que dispõe sobre a intervenção da União.

- I. Na transação ou acordo celebrado diretamente pela parte ou por intermédio de procurador para extinguir ou encerrar processo judicial, inclusive os

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

casos de extensão administrativa de pagamentos postulados em juízo, as partes poderão definir a responsabilidade de cada uma pelo pagamento dos honorários dos respectivos advogados.

- II. O Advogado-Geral da União poderá dispensar a inscrição de crédito, autorizar o não ajuizamento de ações e a não-interposição de recursos, assim como o requerimento de extinção das ações em curso ou de desistência dos respectivos recursos judiciais, para cobrança de créditos da União e das autarquias e fundações públicas federais, observados os critérios de custos de administração e cobrança.
- III. Verificada a prescrição do crédito, o representante judicial da União, das autarquias e fundações públicas federais não efetivará a inscrição em dívida ativa dos créditos, não procederá ao ajuizamento, não recorrerá e desistirá dos recursos já interpostos.

- A) I, II e III estão incorretas
- B) Somente I e II estão corretas
- C) Somente I está correta
- D) I, II e III estão corretas

173) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Lei nº 9.469, que dispõe sobre a intervenção da União.

- I. Não havendo Súmula da Advocacia-Geral da União, o Advogado-Geral da União poderá dispensar a propositura de ações ou a interposição de recursos judiciais quando a controvérsia jurídica estiver sendo iterativamente decidida pelo Supremo Tribunal Federal ou pelos Tribunais Superiores.
- II. A Advocacia-Geral da União poderá solicitar aos órgãos e entidades públicas federais manifestação sobre a viabilidade técnica, operacional e financeira das obrigações a serem assumidas em termo de ajustamento de conduta, cabendo ao Advogado-Geral da União a decisão final quanto à sua celebração.
- III. As pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da demonstração de interesse jurídico, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais

Perguntas

reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes.

- A) Somente III está correta
- B) I e II estão incorretas
- C) I, II e III estão corretas
- D) Somente I está correta

PORTARIA NORMATIVO AGU N° 46/2022

174) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Portaria normativo AGU n° 46/2022, que instituiu o sistema de Governança.

- I. Considera-se governança pública produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos.
- II. Considera-se valor público processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a organização, destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização de seus objetivos.
- III. Considera-se gestão de riscos conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

- A) I, II e III estão corretas
- B) Somente II está correta
- C) Somente I está incorreta
- D) I, II e III estão incorretas

175) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Portaria normativo AGU n° 46/2022, que instituiu o sistema de Governança.

- I. Constitui princípio da Governança pública a melhoria regulatória.
- II. Trata-se de diretriz da governança pública, dentre outras, promover a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização, de maneira a fortalecer o acesso público à

Perguntas

informação.

III. Os Indicadores de Desempenho objetivam fornecer informações sobre o resultado da atuação institucional, sinalizando o alcance das metas ou a necessidade de ações corretivas dos problemas detectados, de modo a permitir a avaliação permanente do planejamento elaborado e da sua execução.

- A) Somente II está correta
- B) I, II e III estão corretas
- C) I e III estão incorretas
- D) Somente III está incorreta

176) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Portaria normativo AGU nº 46/2022, que instituiu o sistema de Governança.

- I. Além das propriedades essenciais, os Indicadores de Desempenho se baseiam em atributos como simplicidade, clareza, sensibilidade, economicidade, estabilidade e mensurabilidade.
- II. O monitoramento e análise dos Indicadores de Desempenho devem contar com o auxílio de estrutura mínima, composta por polaridade, quantificação, frequência, fonte de dados, linha de base e meta
- III. Os Indicadores de Desempenho são estabelecidos no intuito de, também, subsidiar o planejamento e ações de gestão.

- A) I, II e III estão corretas
- B) III está incorreta
- C) I e III estão incorretas
- D) Somente I e II estão corretas

177) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Portaria normativo AGU nº 46/2022, que instituiu o sistema de Governança.

- I. Projetos Estratégicos são aqueles selecionados pela alta direção, alinhados à missão da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal e que contribuem diretamente para o alcance dos objetivos e das metas estratégicas.

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

- II. Os projetos estratégicos da AGU e da PGF deverão ser gerenciados por meio de sistema informatizado indicado pelo Departamento de Gestão Estratégica.
- III. Programa Estratégico é o conjunto de projetos estratégicos coordenados entre si e que contribuem diretamente para o alcance dos objetivos e das metas estratégicas.

- A) Somente I está correta
- B) Somente II e III estão corretas
- C) I, II e III estão corretas
- D) I, II e III estão incorretas

LEGISLAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

178) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema educação, sob a ótica da Constituição Federal.

- I. O ensino será ministrado com a finalidade de promover a garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
- II. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- III. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

- A) I está incorreta
- B) I, II e III estão corretas
- C) Somente III está correta
- D) I, II e III estão incorretas

179) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema educação, sob a ótica da Constituição Federal.

- I. É obrigatório às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.
- II. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- III. O ensino será ministrado mediante o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

- A) I está incorreta

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

- B) I, II e III estão corretas
- C) Somente II está correta
- D) Somente III está correta

180) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema educação, sob a ótica da Constituição Federal.

- I. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
- II. O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.
- III. O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

- A) I, II e III estão incorretas
- B) Somente II e III estão corretas
- C) Somente I está correta
- D) I, II e III estão corretas

181) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema educação, sob a ótica da Constituição Federal.

- I. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.
- II. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
- III. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

- A) Somente I está correta
- B) Somente II e III estão incorretas
- C) I, II e III estão corretas
- D) II está incorreta

Perguntas

182) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema educação, sob a ótica da Constituição Federal.

- I. Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.
- II. Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.
- III. Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

- A) Somente I está correta
- B) I, II e III estão incorretas
- C) Somente II está incorreta
- D) Somente III está incorreta

183) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema educação, sob a ótica da Lei de Diretrizes e bases da educação.

- I. O ensino será ministrado com a diversidade étnico-racial.
- II. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas.
- III. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa.

- A) Somente II e III estão corretas
- B) I e III estão incorretas
- C) Somente III está correta
- D) I, II e III estão corretas

184) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema educação, sob a ótica da Lei de Diretrizes e bases da educação.

- I. O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, a Defensoria Pública, acionar o poder público para exigí-lo.
- II. É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.
- III. Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

- A) I, II e III estão corretas
- B) Somente I está incorreta
- C) I, II e III estão incorretas
- D) Somente III está correta

185) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema educação, sob a ótica da Lei de Diretrizes e bases da educação.

- I. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.
- II. O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular facultativa da educação básica
- III. O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

- A) I, II e III estão corretas
- B) II está incorreta
- C) Somente III está correta
- D) I está incorreta

Perguntas

186) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema educação, sob a ótica da Lei de Diretrizes e bases da educação.

- I. Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino.
- II. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.
- III. Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

- A) Somente I e II estão corretas
- B) Somente II está correta
- C) II e III estão incorretas
- D) I, II e III estão corretas

187) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema educação, sob a ótica da Lei nº 10.260, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior.

- I. O financiamento com recursos do Fies será destinado prioritariamente a estudantes que não tenham concluído o ensino superior e não tenham sido beneficiados pelo financiamento estudantil, vedada a concessão de novo financiamento a estudante em período de utilização de financiamento pelo Fies ou que não tenha quitado financiamento anterior pelo Fies ou pelo Programa de Crédito Educativo.
- II. As disponibilidades de caixa do FIES deverão ser mantidas em depósito na conta única do Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.
- III. O Ministério da Educação, ao estabelecer a oferta de vagas no âmbito do Fies, observará a disponibilidade financeira e orçamentária e a compatibilidade com as metas de resultados fiscais estabelecidas no Plano

plurianual.

- A) I, II e III estão corretas
- B) Somente II está incorreta
- C) II e III estão incorretas
- D) I e III estão incorretas

188) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema educação, sob a ótica da Lei nº 8.436, que institucionalizou o programa de crédito estudantil.

- I. A seleção dos candidatos ao Crédito Educativo será feita na instituição em que se encontram matriculados, por comissão constituída pela direção da instituição e por representantes, escolhidos democraticamente, do corpo docente e discente do estabelecimento de ensino
- II. Os recursos do Programa de Crédito Educativo terão origem na destinação de parte dos depósitos compulsórios, segundo política monetária do Banco Central do Brasil.
- III. O crédito educativo abrange o financiamento dos encargos educacionais entre cinquenta por cento e cem por cento do valor da mensalidade ou da semestralidade, depositado pela Caixa Econômica Federal na conta da instituição de ensino superior participante do programa.

- A) I, II e III estão corretas
- B) Somente I está correta
- C) I, II e III estão incorretas
- D) Somente II está incorreta

189) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema educação, sob a ótica da Lei nº 12.711, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais.

- I. As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
- II. As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em

Perguntas

cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

III. Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

- A) I, II e III estão incorretas
- B) Somente III está correta
- C) Somente I está correta
- D) I, II e III estão corretas

190) Julgue os itens abaixo, no que toca ao tema políticas afirmativas, sob a ótica da Lei nº 12.288, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

- I. É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.
- II. Os órgãos federais, distritais e estaduais de fomento à pesquisa e à pós-graduação poderão criar incentivos a pesquisas e a programas de estudo voltados para temas referentes às relações étnicas, aos quilombos e às questões pertinentes à população negra.
- III. Os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País.

- A) Somente I está correta
- B) Somente II e III estão corretas

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

- C) I, II e III estão corretas
- D) II e III estão incorretas

PORTARIA PGFN N° 6757

191) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Portaria PGFN nº 6757, que regulamenta a transação na cobrança de créditos da União.

- I. São objetivos da transação na cobrança da dívida ativa da União e do FGTS, dentre outros, assegurar fonte sustentável de recursos para execução de políticas públicas.
- II. São princípios aplicáveis à transação na cobrança da dívida ativa da União e do FGTS, além de outros, redução de litigiosidade.
- III. Consiste em modalidade de transação na cobrança da dívida ativa da União e do FGTS, a transação individual proposta pelo devedor inscrito em dívida ativa da União e do FGTS, salvo a simplificada.

- A) I, II e III estão corretas
- B) I e II estão corretas
- C) Somente II está correta
- D) II e III estão incorretas

192) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Portaria PGFN nº 6757, que regulamenta a transação na cobrança de créditos da União.

- I. Nas transações firmadas com Estados e Municípios é facultativa a inserção de cláusula autorizativa da dedução dos valores devidos dos montantes a serem repassados relacionados às respectivas cotas nos Fundos de Participação.
- II. É obrigação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional presumir a boa-fé do contribuinte em relação às declarações prestadas no momento da adesão à transação proposta pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- III. Quando a transação envolver créditos negociados em parcelamento ativo e em situação regular, serão mantidos os benefícios concedidos relativamente às parcelas vencidas e liquidadas, vedada a acumulação de descontos entre a transação e o programa de parcelamento.

- A) I e II estão corretas

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

- B) Somente II está correta
- C) Somente I está incorreta
- D) I, II e III estão incorretas

193) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Portaria PGFN nº 6757, que regulamenta a transação na cobrança de créditos da União.

- I. A desistência dos parcelamentos anteriormente concedidos é feita de forma irrevogável e irretroatável e implica sua imediata rescisão, considerando-se o sujeito passivo optante notificado das respectivas extinções, dispensada qualquer outra formalidade.
- II. Nas hipóteses em que a transação pretendida seja cancelada, rescindida ou não produza efeitos, os parcelamentos para os quais houver desistência não serão restabelecidos.
- III. A desistência, cancelamento ou rescisão da transação implica a perda dos benefícios assegurados na forma deste artigo, salvo disposição em contrário na norma de regência do parcelamento original.

- A) I, II e III estão corretas
- B) Somente II e III estão corretas
- C) II e III estão incorretas
- D) Somente I está correta

194) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Portaria PGFN nº 6757, que regulamenta a transação na cobrança de créditos da União.

- I. Enquanto não concretizada pelo devedor e aceita pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a proposta de transação, em quaisquer das modalidades previstas nesta Portaria, não suspende a exigibilidade dos créditos nela abrangidos nem o andamento das respectivas execuções fiscais.
- II. As modalidades de transação que envolvam o diferimento do pagamento dos débitos nela abrangidos, inclusive mediante parcelas periódicas, ou a concessão de moratória, suspendem a exigibilidade dos créditos transacionados enquanto perdurar o acordo.
- III. O Procurador da Fazenda Nacional poderá requerer, observados critérios de conveniência e oportunidade e desde que não acarrete ônus para União

Perguntas

ou para o FGTS, a desistência da execução fiscal de débito transacionado, quando inexistentes, nos autos, informações de bens úteis à satisfação, parcial ou integral, dos débitos executados.

- A) I, II e III estão incorretas
- B) Somente III está correta
- C) Somente II está correta
- D) I, II e III estão corretas

195) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Portaria PGFN nº 6757, que regulamenta a transação na cobrança de créditos da União.

- I. É vedada a acumulação das reduções oferecidas na transação com quaisquer outras asseguradas na legislação em relação aos créditos abrangidos na negociação.
- II. A transação deverá abranger todas as inscrições elegíveis do sujeito passivo, sendo possível a adesão parcial.
- III. Aos devedores com transação rescindida é vedada, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data de rescisão, a formalização de nova transação, salvo se relativa a débitos distintos.

- A) I, II e III estão corretas
- B) I, II e III estão incorretas
- C) Somente III está incorreta
- D) II e III estão incorretas

196) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Portaria PGFN nº 6757, que regulamenta a transação na cobrança de créditos da União.

- I. A capacidade de pagamento será uniforme no âmbito da Administração Tributária Federal, decorre da situação econômica do contribuinte e será calculada de forma a estimar se o sujeito passivo possui condições de efetuar o pagamento integral dos débitos, no prazo de 5 (cinco) anos, sem descontos
- II. Havendo mais de uma pessoa física ou jurídica responsável, conjuntamente pelo débito, a capacidade de pagamento do grupo deverá ser

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

calculada mediante a soma da capacidade de pagamento individual de cada integrante do grupo econômico.

III. O devedor terá conhecimento da sua capacidade de pagamento e não poderá apresentar pedido de revisão.

- A) Somente I está correta
- B) I e III estão corretas
- C) I, II e III estão incorretas
- D) Somente II está incorreta

197) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Portaria PGFN nº 6757, que regulamenta a transação na cobrança de créditos da União.

- I. Na mensuração da capacidade de pagamento dos entes públicos, suas autarquias e fundações, poderão ser excluídas as receitas e transferências vinculadas e as destinadas ao pagamento das despesas obrigatórias a que está sujeito o contribuinte.
- II. Não apresentados os documentos que demonstrem suas alegações, o contribuinte deverá ser instado a sanar o vício no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de não conhecimento do pedido de revisão, facultada a opção pela adesão às propostas de transação disponíveis.
- III. O Procurador da Fazenda Nacional responsável pela análise do pedido poderá requisitar informações adicionais, que serão prestadas no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis.

- A) Somente II está correta
- B) I, II e III estão corretas
- C) Somente II e III estão corretas
- D) I e II estão incorretas

198) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Portaria PGFN nº 6757, que regulamenta a transação na cobrança de créditos da União.

- I. É vedada a utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL nas transações por adesão e na transação individual simplificada.

Perguntas

- II. A cobrança do saldo liquidado com uso de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL nos termos desta Portaria ficará suspensa até a confirmação dos créditos utilizados, mantendo-se as garantias eventualmente existentes.
- III. A adesão à transação proposta pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional implica manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas administrativamente ou nas ações de execução fiscal ou em qualquer outra ação judicial.

- A) Somente I está correta
- B) Somente II e III estão corretas
- C) I, II e III estão corretas
- D) I está incorreta

199) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Portaria PGFN nº 6757, que regulamenta a transação na cobrança de créditos da União.

- I. A transação individual simplificada poderá ser proposta pelo devedor e ocorrerá exclusivamente via REGULARIZE.
- II. O recolhimento da prestação inicial, realizado exclusivamente por Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) expedido pelo REGULARIZE, formalizará o acordo e implicará anuência com o termo de transação individual simplificada por parte do contribuinte.
- III. Em até 60 (sessenta) dias da celebração da transação individual simplificada, o contribuinte apresentará, via REGULARIZE, prova de constituição da garantia sobre os bens e direitos ofertados e aceitos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

- A) I, II e III estão corretas
- B) III está incorreta
- C) Somente II está correta
- D) Somente I está correta

200) Julgue os itens abaixo, sob a ótica da Portaria PGFN nº 6757, que

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

regulamenta a transação na cobrança de créditos da União.

- I. Importará renúncia à instância recursal e o não conhecimento do recurso eventualmente interposto, a propositura, pelo interessado, de qualquer ação judicial cujo objeto coincida total ou parcialmente com a irresignação.
 - II. O recurso administrativo deverá ser apresentado através do REGULARIZE e expor, de forma clara e objetiva, os fundamentos do pedido de reexame, atendendo aos requisitos previstos na legislação processual civil.
 - III. Implica rescisão da transação a decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica transigente.
- A) I, II e III estão incorretas
B) Somente II está correta
C) Somente I está incorreta
D) I, II e III estão corretas

Gabarito Comentado

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nº 1 A 20

1. A

I está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica do parágrafo único do artigo 4º da Lei 9.868, o recurso cabível é o **AGRAVO**.

II, por sua vez, está **CORRETA**, nos termos do artigo 5º da Lei nº 9.868.

III também está **CORRETA**, nos termos do artigo 7º.

2. C

I está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo 1º do artigo 9º da Lei 9.868.

II, no entanto, está **INCORRETA**, pois, conforme parágrafo 1º do artigo 10, o relator, julgando indispensável, ouvirá o Advogado-Geral da União e o Procurador-Geral da República, no prazo de **TRÊS DIAS**.

III, por fim, também está **INCORRETA**, tendo o parágrafo 2º do art. 11 já sedimentado que a concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, **SALVO** expressa manifestação em sentido contrário.

OBS: Todas as assertivas foram extraídas da Lei nº 9.868, cuja incidência nas provas da AGU, PGF e PFN são altas, demandando, assim, muita atenção!

3. B

I está **CORRETA**, nos termos do disposto no artigo 11 da Lei nº 9.882.

II, entretanto, está **INCORRETA**, pois, em verdade, o artigo 12 da Lei nº 9.882 sedimenta que a decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é, de fato, irrecurável, **NÃO PODENDO SEQUER** ser objeto de ação rescisória.

Já a **III** está **CORRETA**, trata-se do disposto no artigo 13 da referida lei.

Gabarito Comentado

4. D

I está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo 2º do art. 102 da Constituição Federal.

II, entretanto, está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica do parágrafo 1º do art. 103, o **PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA** deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

III também está **INCORRETA**, pois, conforme o disposto no parágrafo 3º do art. 103, quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, que defenderá o ato ou texto impugnado.

OBS: Percebe-se que nas assertivas **II** e **III** que houve uma troca quanto aos conceitos inerentes ao **Advogado-Geral da União** e o **Procurador-Geral da República**. Ocorre que tal prática é recorrente em questões **CESPE**, o que demanda, portanto, atenção do candidato!

5. A

I está **INCORRETA**, pois o parágrafo 13 do artigo 37 da CF preceitua que o servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, **DESDE QUE POSSUA A HABILITAÇÃO E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE EXIGIDOS** para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.

II também está **INCORRETA**, pois o parágrafo 4º do artigo 37 ensina que os atos de improbidade administrativa importarão a **SUSPENSÃO** dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

III, por fim, está **INCORRETA**, haja visto que, conforme artigo 37, precisamente o seu parágrafo 6º, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo **OU CULPA**.

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

6. C

I está **INCORRETA**, pois, conforme parágrafo 4º-A do artigo 40, poderão ser estabelecidos por **LEI COMPLEMENTAR** do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

II, por sua vez, está **CORRETA**, em acordo com o disposto no parágrafo 9º do artigo 39.

Por fim, **III** está **CORRETA**, trata-se do disposto no inciso IX do parágrafo 22 do artigo 40 da Constituição Federal.

7. A

I está **CORRETA**, tratando-se do disposto no parágrafo 4º do artigo 36 da CF.

II também está **CORRETA**, em acordo com o previsto no parágrafo 1º do citado artigo 36.

III, por fim, está **CORRETA** (Art. 36, parágrafo 2º).

8. D

I está **CORRETA**, trata-se do disposto no artigo 5º da Lei nº 12.562.

II, no entanto, está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica do artigo 9º da Lei nº 12.562, a decisão sobre a representação interventiva somente será tomada se presentes na sessão pelo menos **8 (oito)** Ministros.

III também está **INCORRETA**, verifica-se do artigo 12 da referida lei que a decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido da representação interventiva é irrecorrível, sendo **INSUSCETÍVEL** de impugnação por ação rescisória.

9. D

I está **INCORRETA**, verifica-se do inciso XXIV do artigo 84, de fato, compete ao Presidente prestar, **anualmente**, ao Congresso Nacional, dentro de **sessenta dias** após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

II está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo 4º do artigo 86

Gabarito Comentado

da CF.

III, por fim, está **INCORRETA**, veja-se do artigo 90 da Constituição Federal que tais competência referem-se ao **CONSELHO DA REPÚBLICA**.

10. C

I está **CORRETA** (Art. 94 da CF).

II também está **CORRETA**, trata-se do disposto no artigo 97 da Constituição Federal.

Por fim, **III** também está **CORRETA** (Inciso V do artigo 95).

11. A

I está **CORRETA**, trata-se de uma novidade decorrente da **EC nº 114/2021**, prevista no artigo 100, precisamente em seu parágrafo 5º.

II também está **CORRETA** (Parágrafo 9º do art. 100).

III, por fim, está **CORRETA** (Parágrafo 17 do artigo 100).

12. C

I está **CORRETA**, trata-se do disposto no art. 103-A.

II também está **CORRETA**, em acordo com o sedimentado no parágrafo 3º do art. 103-A.

Por fim, **III** está **CORRETA**, trata-se de uma novidade fruto da **EC nº 125/2022**.

13. B

I está **CORRETA**, trata-se do disposto no inciso XVII do artigo 49 da CF.

II, no entanto, está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica do art. 50 da CF, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, **IMPOR-TANDO CRIME DE RESPONSABILIDADE A AUSÊNCIA SEM JUSTIFI-CAÇÃO ADEQUADA**.

III, por outro lado, está **CORRETA**, nos termos do inciso VIII do art.

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

52 da CF.

14. D

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 3º do art. 58 da CF.

II, entretanto, está **INCORRETA**, pois a Constituição **NÃO** poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio (Art. 60, parágrafo 1º).

III, por fim, também está **INCORRETA**, pois, conforme parágrafo 1º do art. 66, se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de **quinze dias** úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de **quarenta e oito horas**, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

15. A

I está **INCORRETA**, pois na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à **PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL** (Art. 131, parágrafo 3º).

II, por sua vez, está **CORRETA** (Art. 132).

III também está **INCORRETA**, pois, nos termos do parágrafo 2º do art. 128, a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do **SENADO FEDERAL**.

16. D

I está **CORRETA**, trata-se de uma novidade constitucional fruto da **EC nº 114/21**.

II também está **CORRETA** (Art. 12, I, c).

Por fim, **III** também está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 12 do artigo 14, fruto da **EC nº 111/2021**.

17. D

I está **CORRETA**, nos termos do inciso LXXVII do art. 5º.

II também está **CORRETA** (Art. 5º, inciso LXXIX).

Gabarito Comentado

Já a **III**, entretanto, está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica do parágrafo 3º do art. 5º, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em **dois turnos**, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

18. A

I está **INCORRETA**, tal conceito refere-se, em verdade, ao **MANDADO DE INJUNÇÃO**, conforme inciso LXXI do art. 5º da CF.

II também está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica do inciso LXX, a, do art. 5º da CF, o partido político deve possuir representação no Congresso Nacional.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do inciso LXXII do art. 5º.

19. C

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do art. 225.

II também está **CORRETA**, trata-se do disposto no inciso VIII do art. 225, sendo importante frisar que este dispositivo é uma novidade introduzida pela **EC nº 123/2022**.

Por fim, **III** está **INCORRETA**, pois, conforme se vê do parágrafo 6º do artigo 225, as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em **LEI FEDERAL**, sem o que não poderão ser instaladas.

20. D

I está **INCORRETA**, pois, nos termos do art. 176, as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à **UNIÃO**, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

II, por outro lado, está **CORRETA**, trata-se do disposto no inciso III do art. 151 da CF.

Por fim, **III** está **CORRETA**, trata-se de novidade introduzida pela **EC nº 103/2019**.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Nº 21 A 40

21. D

I está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica do parágrafo 2º do art. 5º da Lei 8.112/90, às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até **20%** (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

II também está **INCORRETA**, uma vez que a investidura em cargo público se dá com a posse (Art. 7º).

III, por fim, está **CORRETA** (Art. 9º, parágrafo único).

22. B

I está **INCORRETA**, pois o parágrafo 3º do artigo 13 preceitua que a posse poderá dar-se mediante procuração específica.

II também está **INCORRETA**, pois o artigo 68 da Lei 8.112 ensina que os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, **FAZEM JUS** a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.

Por fim, **III** está **CORRETA**, em acordo com o previsto no artigo 96 da Lei 8.112/90.

23. B

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 3º do art. 1º da Lei 8.429/92.

II também está **CORRETA**, conforme disposto no artigo 7º da citada lei.

III, entretanto, está **INCORRETA**, pois, nos termos do artigo 16 da lei 8.429, na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente **OU** incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial

Gabarito Comentado

resultante de enriquecimento ilícito.

24. C

I está **INCORRETA**, verifica-se do artigo 8º que a licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos **OU** empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

II, por outro lado, está **CORRETA (Parágrafo 1º do artigo 9º da Lei 14.133)**.

III também está **CORRETA**, nos termos do inciso II do artigo 14 da Lei 14.133.

25. B

I está **INCORRETA**, veja-se do parágrafo 3º do artigo 14 que se equiparam **SIM** aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

II está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo 3º do 18 da Lei nº 14.133.

Por fim, **III** também está **CORRETA (Art. 3º, inciso I)**.

26. C

I está **CORRETA**, em acordo com os conceitos previstos nos incisos XXVII e XXIX do artigo 6º da Lei 14.133.

II, contudo, está **INCORRETA**, veja-se do inciso XXXI do artigo 6º que contratação por tarefa consiste no regime de contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com **OU** sem fornecimento de materiais.

III, por sua vez, está **CORRETA (Art. 6º, inciso XLII da Lei 14.133)**.

27. A

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, do Decreto-Lei nº 3.365.

II também está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo 2º do

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

artigo 2º do Decreto Lei nº 3.365.

Por fim, **III** está **CORRETA**, em acordo com o previsto no parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto-lei nº 3.365.

28. D

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 3º do artigo 5º do Decreto-lei nº 3.365.

II também está **CORRETA**, trata-se de novidade legislativa ocorrida em 2021, nos termos do parágrafo 4º do artigo 5º do Decreto-lei nº 3.365.

III, entretanto, está **INCORRETA**, verifica-se do artigo 3º da Lei nº 4.132 que o expropriante tem o prazo de **2 (dois)** anos, a partir da decretação da desapropriação por interesse social, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado.

29. C

I está **CORRETA**, trata-se de uma novidade legislativa introduzida no ano de 2021, prevista no inciso II do artigo 2º da Lei nº 8.987/95.

II, entretanto, está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica dos artigos 32 e 33 da Lei nº 8.987, declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de **TRINTA DIAS**, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

III, por fim, está **CORRETA**, em acordo com o previsto no parágrafo 1º do artigo 35 da Lei nº 8.987.

30. D

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 1º do artigo 2º da Lei 11.079.

II, entretanto, está **INCORRETA**, verifica-se do parágrafo 2º do citado artigo 2º que concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, **AINDA QUE** envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do artigo 9º, precisamente em seu parágrafo 2º.

Gabarito Comentado

31. B

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 231 da Constituição Federal.

II está **INCORRETA**, veja-se do inciso VIII do artigo 20 da Constituição Federal que são bens da União os potenciais de energia hidráulica.

Por fim, **III** também está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica do artigo 103 do Código Civil, o uso comum dos bens públicos pode ser gratuito **OU** retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem

32. A

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 12 da Lei nº 9.784.

II, no entanto, está **INCORRETA**, veja-se do artigo 21 da Lei nº 9.784 que o indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, **SEM** efeito suspensivo.

III, por sua vez, está **CORRETA**, nos termos do artigo 49-A, precisamente em seu inciso II.

33. C

I está **CORRETA**, nos termos do inciso I do parágrafo 1º do artigo 73 da Constituição Federal, tratando-se de uma novidade introduzida pela Emenda Constitucional nº 122/2022.

II também está **CORRETA**, conforme o previsto no parágrafo 2º do artigo 74 da Constituição Federal.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 73, também da Constituição Federal.

34. D

I está **CORRETA**, nos termos do inciso II do artigo 2º da Lei nº 9.637.

II também está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 11.107.

Por fim, **III** também está **CORRETA**, conforme previsto no artigo 3º da Lei nº 13.848.

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

35. D

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 13, precisamente em seu inciso II, do Decreto nº 9.406.

II, contudo, está **INCORRETA**, veja-se do artigo 176 da Constituição Federal que as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à **UNIÃO**, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

Por fim, **III** também está **INCORRETA**, pois, conforme o parágrafo 1º do artigo 176 da CF/88, a pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o “caput” deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da **UNIÃO**, no interesse **NACIONAL**, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.

ATENÇÃO: O tema **RECURSOS MINERAIS E POTENCIAIS DE ENERGIA HIDRAULICA** é importante para o concurso da **AGU**, tendo o tema sido cobrado nas provas de 2004 e 2006.

36. B

I está **INCORRETA**, verifica-se do parágrafo 6º do artigo 37 que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo **OU CULPA**.

II, por sua vez, está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 7º da Lei nº 12.527.

III, por fim, está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo 3º do artigo 10 da Lei nº 12.527.

37. C

I está **CORRETA**, nos termos do previsto no parágrafo 4º do artigo 10 da Lei nº 12.527.

Gabarito Comentado

II também está **CORRETA**, em consonância com o disposto no parágrafo 1º do artigo 12 da referida lei.

III, entretanto, está **INCORRETA**, verifica-se do artigo 15 da Lei nº 12.527, que no caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de **10 (DEZ)** dias a contar da sua ciência. Enquanto que o recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de **5 (CINCO)** dias.

38. A

I está **INCORRETA**, veja-se do artigo 6º do DL nº 25/37, que o tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária **OU COMPULSORIAMENTE**.

II, por outro lado, está **CORRETA**, nos termos do artigo 13 do DL nº 25/37.

Por fim, **III** está **CORRETA** (Art. 11 do DL nº 25).

39. C

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784.

II também está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo 2º do artigo 50 da referida lei.

III também está **CORRETA**, em consonância com o previsto no artigo 54.

40. B

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 91 da Lei nº 14.133.

II também está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo 3º do artigo 92 da Lei nº 14.133.

III, por fim, está **CORRETA**, em acordo com o previsto no parágrafo 5º do artigo 92 da Lei nº 14.133.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Nº 41 A 60

41. C

I está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo 1º do artigo 145 da CF/88.

II, contudo, está **INCORRETA**, verifica-se do parágrafo 1º do artigo 149 da CF/88 que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que **PODERÃO SIM** ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.

III, por outro lado, está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo 3º do artigo 149 da CF/88.

42. B

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 7º do artigo 150 da CF/88.

II, no entanto, está **INCORRETA**, veja-se do artigo 152 da CF/88 que é vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino. Percebe-se, portanto, que a figura da **UNIÃO** não está incluída neste rol.

III, por fim, está **CORRETA**, em consonância com o disposto no inciso III do artigo 151 da CF/88.

43. C

I está **CORRETA**, trata-se de importante dispositivo, inclusive com alta incidência nas provas da advocacia pública (Art. 153, parágrafo 5º).

II também está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 3º do artigo 153 da CF/88.

III, entretanto, está **INCORRETA**, verifica-se do parágrafo 4º do artigo 153 que o **ITR** será fiscalizado e cobrado pelos **MUNICÍPIOS** que assim

Gabarito Comentado

optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

44. D

I está **INCORRETA**, veja-se do artigo 146 que estes casos somente se aplicam quanto a fato gerador ocorrido **POSTERIORMENTE** à sua introdução.

II, por outro lado, está **CORRETA**, nos termos do artigo 148 do CTN.

III, no entanto, está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica do parágrafo único do artigo 149 do CTN, a revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

45. A

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 4º do artigo 150 do CTN.

II também está **CORRETA**, em consonância com o disposto no parágrafo 2º do artigo 150 do CTN.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 147 do CTN.

46. D

I está **CORRETA**, trata-se do disposto no artigo 154 do CTN.

II, contudo, está **INCORRETA**, verifica-se do parágrafo 1º do artigo 155-A que, salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário **NÃO** exclui a incidência de juros e multas.

III também está **INCORRETA**, pois, conforme o parágrafo único do artigo 175, a exclusão do crédito tributário **NÃO** dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.

47. A

I está **INCORRETA**, verifica-se que houve uma troca dos conceitos previstos no artigo 113 do CTN.

II, por outro lado, está **CORRETA**, em consonância com o disposto no parágrafo 3º do artigo 113 do CTN.

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

III, por fim, também está **CORRETA** (Artigo 120 do CTN).

48. B

I e **II** estão **CORRETAS**, trata-se do previsto no artigo 116, em seus incisos I e II.

Já a **III**, contudo, está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica do parágrafo único do artigo 116, a autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei **ORDINÁRIA**.

49. A

I está **INCORRETA**, verifica-se do artigo 123 do CTN que salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, **NÃO** podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

II também está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica do artigo 126, precisamente de seu inciso III, a capacidade tributária passiva **INDEPENDENTE** de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

III, por fim, está **INCORRETA**, verifica-se do artigo 127, precisamente em seu inciso III, que quanto às pessoas jurídicas de direito público, considera-se qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.

50. D

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo único do artigo 130 do CTN.

II também está **CORRETA**, em consonância com o disposto no artigo 131, inciso II, do CTN.

III, por fim, está **CORRETA**, conforme previsto no artigo 133 do CTN.

51. D

I está **INCORRETA**, verifica-se do parágrafo 3º do artigo 133 do CTN

Gabarito Comentado

que em processo de falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo de falência pelo prazo de **1 (UM) ANO**, contado da data de alienação, somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos extraconcursais **OU** de créditos que preferem ao tributário.

II está **INCORRETA**, veja-se do inciso VI do artigo 134 que nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem **SOLIDARIAMENTE** com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício.

III, por fim, está **INCORRETA**, pois o inciso III do artigo 135 do CTN preceitua que são pessoalmente responsáveis os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de **DIREITO PRIVADO**.

52. D

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 136 do CTN.

II também está **CORRETA**, em consonância com o artigo 138 do CTN.

III está **CORRETA**, trata-se do disposto no artigo 137, precisamente em seu inciso I, do CTN.

53. C

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 204 do CTN.

II também está **CORRETA** (Artigo 208 do CTN).

III, por fim, está **CORRETA**, trata-se do disposto no inciso III do artigo 202 do CTN.

54. A

I está **CORRETA** (Artigo 185 do CTN).

II também está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo único do artigo 183 do CTN.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do artigo 188 do CTN.

55. B

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 39 da Lei nº 6.830.

II também está **CORRETA**, em consonância com o disposto no parágrafo 2º do artigo 2º da Lei nº 6.830.

III, no entanto, está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica do artigo 11 da Lei nº 6.830, quando a medida cautelar fiscal for concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de **SESSENTA** dias, contados da data em que a exigência se tornar irrecorrível na esfera administrativa.

56. C

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 7º do Decreto 70.235.

II, todavia, está **INCORRETA**, verifica-se do parágrafo 1º do artigo 7º que, de fato, o início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores, inclusive **INDEPENDENTEMENTE** de intimação dos demais envolvidos nas infrações verificadas.

Por fim, **III** está **CORRETA**, trata-se do disposto no artigo 16, parágrafo 4º, c, do Decreto nº 70.235.

57. D

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 3º da Lei nº 10.522, que sofreu modificação por força da Lei nº 14.195/2021.

II, entretanto, está **INCORRETA**, veja-se do artigo 4º da referida lei que a inexistência de registro no Cadin **NÃO** implica reconhecimento de regularidade de situação, nem elide a apresentação dos documentos exigidos em lei, decreto ou demais atos normativos.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 5º do 10-A da Lei nº 10.522.

58. D

I está **CORRETA** (Artigo 97, parágrafo 1º).

II também está **CORRETA**, nos termos do artigo 98 do CTN.

III está **CORRETA**, trata-se do disposto no artigo 96 do CTN.

59. A

Gabarito Comentado

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 100, inciso IV do CTN.

II também está **CORRETA** (Artigo 102 do CTN).

III, contudo, está **INCORRETA**, verifica-se do artigo 103 inciso I, que os atos administrativos entram em vigor na data de sua publicação.

60. B

I está **CORRETA**, em consonância com o disposto no inciso I do artigo 106 do CTN.

II e **III**, entretanto, estão **INCORRETAS**, veja-se que os conceitos estão invertidos, pois, conforme parágrafo 1º e 2º do artigo 108, o emprego da **ANALOGIA** não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei, enquanto que, por outro lado, o emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.

DIREITO FINANCEIRO E ECONOMICO

61 A 70

61. C

I está **CORRETA**, trata-se da literalidade do artigo 163-A da Constituição Federal.

II também está **CORRETA**, nos termos do parágrafo único do artigo 164-A da CF.

III, no entanto, está **INCORRETA**, verifica-se do artigo 164 da CF que a competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo **BANCO CENTRAL**.

62. D

I está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica do parágrafo 2º do artigo 165, refere-se ao conceito da **LDO**.

II também está **INCORRETA**, verifica-se do parágrafo 8º do artigo 165 que a lei orçamentária anual, de fato, não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, **NÃO SE** incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

III, por fim, está **INCORRETA**, o parágrafo 3º do artigo 165 ensina que o Poder Executivo publicará, até **TRINTA DIAS** após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

63. A

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 9º do artigo 166 da Constituição Federal, tratando-se de novidade constitucional decorrente da **EC Nº 126/2022**.

II também está **CORRETA**, em plena consonância com o parágrafo 19 do referido artigo 166.

Por fim, **III** está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 7º do artigo 167, tratando-se, também, de uma novidade constitucional, fruto da **EC Nº**

Gabarito Comentado

128/2022.

64. B

I está **INCORRETA**, veja-se do parágrafo 1º do artigo 4º da **LRF** que integrará o projeto de **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS** o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

II também está **INCORRETA**, o parágrafo 3º do artigo 4º da **LRF** preceitua que a **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS** conterà Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Por fim, **III** está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do 5º da **LRF**.

65. B

I está **INCORRETA**, verifica-se do artigo 17 da **LRF** que se considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior **A DOIS EXERCÍCIOS**.

II, por outro lado, está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 18 da **LRF**.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do artigo 21, inciso IV, alínea a da **LRF**.

66. A

I está **INCORRETA**, veja-se do parágrafo 4º do artigo 12 que se classificam como **INVESTIMENTOS** as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

II, por sua vez, está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 6º do artigo 12 da Lei nº 4.320.

III, por fim, está **INCORRETA**, o parágrafo 2º do artigo 14 da Lei nº 4.320 ensina que, para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a **DOIS ANOS**.

67. D

I e **II** estão **INCORRETAS**, pois, conforme se verifica dos parágrafos 1º e 2º do artigo 11 da Lei nº 4.320, os conceitos estão invertidos, sendo essa prática comum em provas da CESPE, demandando, portanto, muita atenção as especificidades dos conceitos.

III, por outro lado, está **CORRETA**, nos termos do artigo 53 da Lei nº 4.320.

68. C

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 36 da Lei nº 12.529, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

II também está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 8º do artigo 88 da citada lei.

III, por fim, está **INCORRETA**, contendo um único erro, pois, conforme o artigo 6º da Lei 12.520, o Tribunal Administrativo, órgão judicante, tem como membros um Presidente e seis Conselheiros escolhidos dentre cidadãos com mais de 30 (trinta) anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo **SENADO FEDERAL**.

69. C

I está **INCORRETA**, o parágrafo 2º do artigo 173 da CF/88 preceitua que as empresas públicas e as sociedades de economia mista **NÃO** poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

II também está **INCORRETA**, pois o artigo 174 da CF/88 ensina que como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e **INDICATIVO** para o **SETOR**

Gabarito Comentado

PRIVADO.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do artigo 179 da CF.

70. B

I está **CORRETA**, nos termos do inciso IV do artigo 3º da Lei nº 4.595.

II também está **CORRETA**, nos termos do inciso III do artigo 4º da Lei nº 4.595.

III também está **CORRETA**, em plena consonância com a literalidade do artigo 1º, inciso II.

DIREITO AMBIENTAL

Nº 71 A 80

71. A

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 225, parágrafo 1º, inciso VII, da CF/88.

II também está **CORRETA**, trata-se da literalidade prevista no inciso VIII do parágrafo 1º do artigo 225.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 7º do artigo 225 da CF/88.

72. B

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 3º da Lei nº 9.605.

II também está **CORRETA**, trata-se da literalidade do artigo 4º da Lei nº 9.605.

III, no entanto, está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica do parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 9.605, a responsabilidade das pessoas jurídicas **NÃO** exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.

73. D

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 20 da Lei nº 9.605.

II, no entanto, está **INCORRETA**, verifica-se do parágrafo único do artigo 19 que a perícia produzida no inquérito civil ou no juízo cível **PODERÁ SIM SER APROVEITADA NO PROCESSO PENAL**, instaurando-se o contraditório.

III também está **INCORRETA**, pois o artigo 12 preceitua que a prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social, de importância, fixada pelo juiz, não inferior a um salário mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos, sendo que, aliás, o **VALOR PAGO SERÁ DEDUZIDO** do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator.

Gabarito Comentado

74. C

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 69-A.

II também está **CORRETA**, trata-se da literalidade do parágrafo 3º do artigo 70 da Lei 9.605.

III, entretanto, está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica do parágrafo 2º do artigo 70 da citada lei, qualquer pessoa, constatando infração ambiental, **PODERÁ** dirigir representação às autoridades relacionadas no parágrafo anterior, para efeito do exercício do seu poder de polícia, tratando-se, portanto, de uma faculdade.

75. C

I está **CORRETA**, trata-se da literalidade do inciso XVIII do artigo 2º da Lei nº 9.985.

II, no entanto, está **INCORRETA**, pois, conforme se vê do inciso II do artigo 2º da Lei nº 9.985, este conceito refere-se ao instituto da **CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**.

III também está **INCORRETA**, verifica-se do inciso VI do artigo 2º da Lei nº 9.985 que entende-se por proteção integral, a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, **ADMITIDO APENAS O USO INDIRETO** dos seus atributos naturais.

76. D

I está **CORRETA**, trata-se da literalidade do parágrafo 2º do artigo 7º da Lei nº 9.985.

II está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 1º do artigo 9º da Lei nº 9.985.

III também está **CORRETA**, em acordo com o previsto no artigo 11 da Lei nº 9.985.

77. A

I está **CORRETA**, trata-se da literalidade prevista no artigo 18 da Lei nº 9.985.

II, no entanto, está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica do parágrafo 7º do artigo 22, a desafetação ou redução dos limites de uma unidade

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

de conservação só pode ser feita mediante **LEI ESPECÍFICA**.

Por fim, **III** está **CORRETA**, nos termos do artigo 22-A da Lei nº 9.985.

78. B

I está **CORRETA**, nos termos do inciso V do artigo 3º da Lei nº 6.938.

II também está **CORRETA**, trata-se da literalidade do inciso V do artigo 3º da citada lei.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do parágrafo único do artigo 5º.

79. D

I está **INCORRETA**, verifica-se do parágrafo 1º do artigo 6º que os Estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, elaborarão normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, observados os que forem estabelecidos pelo **CONAMA**.

II também está **INCORRETA**, pois o artigo 9º-A ensina que o proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público **OU** particular ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sisnama, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental.

Por fim, **III** também está **INCORRETA**, tendo em vista o parágrafo 2º do artigo 9º-A preceituar que, na verdade, a servidão ambiental **NÃO SE** aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.

80. A

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 1º e artigo 9º-B da Lei nº 6.938.

II, no entanto, está **INCORRETA**, verifica-se do parágrafo 3º do artigo 9º-B que o detentor da servidão ambiental poderá aliená-la, cedê-la ou transferi-la, total ou parcialmente, por prazo determinado ou em caráter definitivo, em favor de outro proprietário ou de entidade pública ou privada que **TENHA A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL COMO FIM SOCIAL**.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do inciso IV do parágrafo 3º

Gabarito Comentado

do artigo 9º-C.

DIREITO CIVIL

81 A 90

81. C

I está **INCORRETA**, verifica-se do artigo 105 do Código Civil que a incapacidade relativa de uma das partes **NÃO** pode ser invocada pela outra em benefício próprio, **NEM** aproveita aos co-interessados capazes, **SALVO SE**, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.

II, por sua vez, está **CORRETA**, nos termos do artigo 106 do Código Civil.

III, entretanto, está **INCORRETA**, veja-se do artigo 108 do Código Civil que, não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a **TRINTA** vezes o maior salário mínimo vigente no País.

82. B

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 111 do Código Civil.

II também está **CORRETA**, trata-se do disposto no artigo 113 do Código Civil, precisamente em seu parágrafo 1º, inciso V, do Código Civil.

III, no entanto, está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica do parágrafo 2º do artigo 113, as partes **PODERÃO SIM** livremente pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.

83. A

I está **CORRETA**, trata-se da literalidade do inciso III do artigo 421-A.

II, entretanto, está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica do artigo 431 do Código Civil, a aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, **IMPORTARÁ NOVA PROPOSTA**.

III, por outro lado, está **CORRETA**, nos termos do artigo 430 do Código Civil.

Gabarito Comentado

84. C

I está **INCORRETA**, o artigo 438 do Código Civil ensina que o estipulante pode reservar-se o direito de substituir o terceiro designado no contrato, **INDEPENDENTEMENTE** da sua anuência e da do outro contratante.

II também está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica do parágrafo 1º do artigo 445, quando o vício, por sua natureza, só puder ser conhecido mais tarde, o prazo contar-se-á do momento em que dele tiver ciência, até o prazo máximo de cento e oitenta dias, em se tratando de bens **MÓVEIS**; e de um ano, para os **IMÓVEIS**.

III está **INCORRETA**, verifica-se do artigo 457 do Código Civil que **NÃO** pode o adquirente demandar pela evicção, **SE SABIA QUE A COISA ERA ALHEIA OU LITIGIOSA**.

85. B

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 244 do Código Civil.

II também está **CORRETA**, trata-se da literalidade do artigo 249 do Código Civil.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do artigo 265 do Código Civil.

86. D

I está **CORRETA**, nos termos do inciso V do artigo 5º do Código Civil.

II, no entanto, está **INCORRETA**, verifica-se do artigo 6º do Código Civil que a existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão **DEFINITIVA**.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do artigo 8º do Código Civil.

87. C

I está **INCORRETA**, pois o artigo 101 do Código Civil preceitua que os bens públicos dominicais **PODEM SIM** ser alienados.

II e **III** também estão **INCORRETAS**, pois, conforme se verifica do artigo 99 do Código Civil, as assertivas apresentadas trocaram os conceitos, estando, assim, incorretas.

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

88. B

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 928 do Código Civil.

II também está **CORRETA**, trata-se da literalidade do artigo 935 do Código Civil.

III, por fim, está **CORRETA**, conforme o artigo 943 do Código Civil.

89. A

I e **II** estão **INCORRETAS**, pois os conceitos apresentados nas assertivas foram invertidos, tratando-se da literalidade do artigo 1.200 e 1.201, que conceitua a **POSSE JUSTA**, bem como a **POSSE DE BOA-FÉ**.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1.210.

90. D

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 4º do artigo 1º da Lei nº 6.015.

II também está **CORRETA**, trata-se da literalidade do artigo 119 da Lei nº 6.015.

III, por fim, está **CORRETA**, conforme o artigo 195 da Lei nº 6.015.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

91 A 120

91. C

I está **CORRETA**, trata-se da literalidade do parágrafo 2º do artigo 509 do CPC.

II também está **CORRETA**, nos termos do artigo 510 do CPC.

III, por sua vez, está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica do artigo 511 do CPC, Na liquidação pelo procedimento comum, o juiz determinará a intimação do requerido, na pessoa de seu advogado ou da sociedade de advogados a que estiver vinculado, para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias.

92. B

I está **INCORRETA**, verifica-se do artigo 514 que quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a condição ou termo, o cumprimento da sentença **DEPENDERÁ** de demonstração de que se realizou a condição ou de que ocorreu o termo.

II, por sua vez, está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 515 do CPC.

III também está **CORRETA**, conforme o parágrafo 4º do artigo 517 do CPC.

93. A

I está **INCORRETA**, pois o inciso VI do artigo 535 preceitua que A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, **NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS** e nos próprios autos, impugnar a execução.

II, por outro lado, está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 535.

III também está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 5º do artigo 535.

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

94. D

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 776 do CPC.

II também está **CORRETA**, conforme o artigo 788 do CPC.

III, por fim, está **CORRETA**, trata-se da literalidade do parágrafo 3º do 792.

95. C

I está **INCORRETA**, verifica-se do artigo 701 do CPC que sendo evidente o direito do autor, o juiz deferirá a expedição de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, concedendo ao réu **PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS** para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa.

II, por outro lado, está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 7º do artigo 700 do CPC.

III, por fim, está **CORRETA**, conforme o parágrafo 6º do artigo 700 do CPC.

96. A

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 1º do artigo 966 do CPC.

II, no entanto, está **INCORRETA**, verifica-se do parágrafo 4º do artigo 966 do CPC que os atos de disposição de direitos, praticados pelas partes ou por outros participantes do processo e homologados pelo juízo, bem como os atos homologatórios praticados no curso da execução, **ESTÃO SIM SUJEITOS À ANULAÇÃO**, nos termos da lei.

III, por fim, está **CORRETA**, trata-se da literalidade do artigo 969 do CPC.

97. D

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 972 do CPC.

II também está **CORRETA**, conforme o parágrafo 3º do artigo 975 do CPC.

III, contudo, está **INCORRETA**, verifica-se do inciso IV do artigo 967 do CPC que tem legitimidade para propor a ação rescisória aquele que não foi

Gabarito Comentado

ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.

98. C

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo único do artigo 299 do CPC.

II também está **CORRETA**, conforme o parágrafo 1º do artigo 300.

Por fim, **III** também está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 300 do CPC.

99. B

I está **INCORRETA**, pois este conceito refere-se a **TUTELA DE URGÊNCIA CAUTELAR** que, conforme artigo 301 do CPC, a tutela de urgência de natureza **CAUTELAR** pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguuração do direito.

II também está **INCORRETA**, verifica-se do parágrafo 6º do artigo 303 do CPC que, caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até **5 (CINCO) DIAS**, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.

III, por fim, está **CORRETA**, trata-se da literalidade do artigo 310 do CPC.

100. C

I está **CORRETA**, nos termos do inciso IX do artigo 313 do CPC.

II, no entanto, está **INCORRETA**, veja-se do parágrafo 3º do artigo 313 do CPC que no caso de morte do procurador de qualquer das partes, **AINDA QUE INICIADA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**, o juiz determinará que a parte constitua novo mandatário, no prazo de 15 (quinze) dias, ao final do qual extinguirá o processo sem resolução de mérito, se o autor não nomear novo mandatário, ou ordenará o prosseguimento do processo à revelia do réu, se falecido o procurador deste.

Por fim, **III** está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 1º do artigo 315 do CPC.

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

101. D

I está **CORRETA**, trata-se do artigo 323 do CPC.

II, entretanto, está **INCORRETA**, verifica-se do parágrafo único do artigo 325 do CPC que quando, pela lei ou pelo contrato, a escolha couber ao devedor, o juiz lhe assegurará o direito de cumprir a prestação de um ou de outro modo, **AINDA QUE O AUTOR NÃO TENHA FORMULADO PEDIDO ALTERNATIVO**.

III, por fim, está **CORRETA**, trata-se do disposto no inciso IV do artigo 332 do CPC.

102. A

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 113 do CPC.

II também está **CORRETA**, trata-se do artigo 114 do CPC.

III, por fim, também está **CORRETA**, em acordo com o artigo 117 do CPC.

103. B

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo único do artigo 119 do CPC.

II, entretanto, está **INCORRETA**, veja-se do parágrafo único do artigo 120 do CPC que se qualquer parte alegar que falta ao requerente interesse jurídico para intervir, o juiz decidirá o incidente, **SEM** suspensão do processo.

III também está **CORRETA**, trata-se do disposto no artigo 122 do CPC.

104. D

I está **CORRETA**, trata-se da literalidade do artigo 125, precisamente o seu parágrafo 1º.

II também está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 125 do CPC.

III também está **CORRETA**, nos termos do inciso III do artigo 130 do CPC.

105. C

I está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo 2º do artigo 134

Gabarito Comentado

do CPC.

II também está **CORRETA**, nos termos do artigo 135 do CPC.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do disposto no artigo 137 do CPC.

106. B

I está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo 5º do artigo 46 do CPC.

II, no entanto, está **INCORRETA**, veja-se do artigo 48 do CPC que o foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, **AINDA QUE O ÓBITO TENHA OCORRIDO NO ESTRANGEIRO**.

Por fim, **III** também está **CORRETA**, nos termos do parágrafo único do artigo 51 do CPC.

107. A

I está **CORRETA**, trata-se do disposto no inciso IX do artigo 75 do CPC.

II também está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 4º do artigo 75 do CPC.

Por fim, **III** está **INCORRETA**, pois, conforme parágrafo 2º do artigo 75, a sociedade ou associação sem personalidade jurídica **NÃO** poderá opor a irregularidade de sua constituição quando demandada.

108. D

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 9º da Lei nº 12.016.

II, entretanto, está **INCORRETA**, verifica-se do artigo 21 da citada lei que o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, **1 (UM) ANO**, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, **DISPENSA-DA**, para tanto, autorização especial.

III, por fim, também está **INCORRETA**, veja-se do parágrafo 1º do artigo 22 que o mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de **30 (TRINTA) DIAS** a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.

109. B

I está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo 5º do artigo 5º da Lei nº 7.347.

II, no entanto, está **INCORRETA**, veja-se do parágrafo 3º do artigo 5º que em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público **OU OUTRO** legitimado assumirá a titularidade ativa.

III, por fim, está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica do parágrafo 6º do artigo 5º da Lei nº 7.347, os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo **EXTRAJUDICIAL**.

110. C

I está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo 2º do artigo 1º da Lei nº 4.717.

II também está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 1º do artigo 5º da Lei nº 4.717.

III, por fim, está **CORRETA**, conforme o parágrafo 3º do artigo 6º da citada lei.

111. B

I está **CORRETA**, trata-se do previsto no inciso II do parágrafo 5º do artigo 988 do CPC.

II, contudo, está **INCORRETA**, verifica-se do parágrafo 6º do artigo

Gabarito Comentado

988 que a inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado **NÃO** prejudica a reclamação.

III também está **INCORRETA**, pois o artigo 991 do CPC ensina que na reclamação que não houver formulado, o Ministério Público terá vista do processo por **5 (CINCO) DIAS**, após o decurso do prazo para informações e para o oferecimento da contestação pelo beneficiário do ato impugnado.

112. A

I está **INCORRETA**, o artigo 674, em seu parágrafo 1º, ensina que os embargos podem ser de terceiro proprietário, inclusive fiduciário ou possuidor.

II, por sua vez, está **CORRETA**, trata-se do previsto no inciso IV do artigo 674 do CPC.

III, por fim, está **SUPER INCORRETA**, veja-se do artigo 675 do CPC que os embargos podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença e, no cumprimento de sentença ou no processo de execução, até **5 (CINCO) DIAS** depois da adjudicação, da alienação por iniciativa particular ou da arrematação, **MAS SEMPRE ANTES** da assinatura da respectiva carta.

113. C

I está **INCORRETA**, veja-se do parágrafo 3º do artigo 486 do CPC que se o autor der causa, **POR 3 (TRÊS) VEZES**, a sentença fundada em abandono da causa, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.

II, por outro lado, está **CORRETA**, nos termos do artigo 503 do CPC.

Por fim, **III** também está **CORRETA**, nos termos do artigo 493 do CPC.

114. D

I está **CORRETA**, trata-se do disposto no inciso I do parágrafo 3º do artigo 496 do CPC.

II, entretanto, está **INCORRETA**, veja-se do inciso IV do parágrafo 4º do artigo 496 que **NÃO SE APLICA O INSTITUTO DA REMESSA NECESSÁRIA** quando o entendimento coincidente com orientação vinculante

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

III, por outro lado, está **CORRETA**, nos termos do inciso II do artigo 496 do CPC.

115. A

I está **CORRETA**, trata-se do disposto no artigo 1º da Lei nº 8.397.

II também está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 4º da Lei nº 8.397.

III, por sua vez, está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica do inciso IV do artigo 13, cessa a eficácia da medida cautelar fiscal se o requerido promover a quitação do débito que está sendo executado.

IV está **INCORRETA**, veja-se do parágrafo único do artigo 7º da citada lei que do despacho que conceder liminarmente a medida cautelar caberá **AGRAVO DE INSTRUMENTO**.

116. D

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 9º da Lei nº 6.383.

II também está **CORRETA**, trata-se do previsto no artigo 10.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do inciso I do artigo 19 da referida lei.

117. B

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 942 do CPC.

II, no entanto, está **INCORRETA**, verifica-se do parágrafo 1º do artigo 938 do CPC que constatada a ocorrência de vício **SANÁVEL**, inclusive aquele que possa ser conhecido de ofício, o relator determinará a realização ou a renovação do ato processual, no próprio tribunal ou em primeiro grau de jurisdição, intimadas as partes.

III, por fim, também está **INCORRETA**, o artigo 933 do CPC ensina que se o relator constatar a ocorrência de fato superveniente à decisão recorrida ou a existência de questão apreciável de ofício ainda não examinada que devam ser considerados no julgamento do recurso, intimará as partes para que se manifestem no prazo de **5 (CINCO) DIAS**.

Gabarito Comentado

118. A

I está **INCORRETA**, o parágrafo 3º do artigo 947 do CPC ensina que o acórdão proferido em assunção de competência vinculará todos os juízes e órgãos fracionários, **EXCETO** se houver revisão de tese.

II, por outro lado, está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 3º do artigo 976 do CPC.

III, por fim, está **CORRETA**, em acordo com o previsto no artigo 983 do CPC.

119. C

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo único do artigo 995 do CPC.

II também está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo único do artigo 998 do CPC.

Por fim, **III** está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 6º do artigo 103 do CPC.

120. B

I está **INCORRETA**, pois o artigo 1.014 ensina que as questões de fato não propostas no juízo inferior **PODERÃO SIM** ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.

II, por outro lado, está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 5º do artigo 1.024 do CPC.

III, por fim, está **CORRETA**, trata-se do previsto no artigo 1.042 do CPC.

DIREITO EMPRESARIAL

121 A 130

121. D

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 1.157 do Código Civil.

II, contudo, está **INCORRETA**, veja-se do artigo 1.160 do Código Civil que a sociedade anônima opera sob denominação integrada pelas expressões “sociedade anônima” ou “companhia”, por extenso ou abreviadamente, **FA-CULTADA** a designação do objeto social.

III, por fim, está **CORRETA**, conforme o artigo 1.168 do Código Civil.

122. C

I está **CORRETA**, trata-se do previsto no artigo 969 do Código Civil.

II, contudo, está **INCORRETA**, veja-se do parágrafo 2º do artigo 974 do Código Civil que não ficam sujeitos ao resultado da empresa os bens que o incapaz já possuía, ao tempo da sucessão ou da interdição, desde que estranhos ao acervo daquela, **DEVENDO TAIS FATOS CONSTAR DO ALVARÁ QUE CONCEDER A AUTORIZAÇÃO**.

III, por fim, está **INCORRETA**, veja-se do artigo 978 do Código Civil que o empresário casado pode, **SEM NECESSIDADE** de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

123. A

I está **CORRETA**, trata-se do disposto no artigo 977 do Código Civil.

II também está **CORRETA**, nos termos do artigo 979 do Código Civil.

III, contudo, está **INCORRETA**, tendo o artigo 980 do Código Civil já sedimentado que a sentença que decretar ou homologar a separação judicial do empresário e o ato de reconciliação **NÃO PODEM** ser opostos a terceiros, **ANTES** de arquivados e averbados no Registro Público de Empresas Mercantis.

Gabarito Comentado

124. C

I está **CORRETA**, previsto no parágrafo 1º do artigo 1.142 do CC.

II, contudo, está **INCORRETA**, veja-se do parágrafo 2º do artigo 1.142 do Código Civil que quando o local onde se exerce a atividade empresarial for virtual, o endereço informado para fins de registro poderá ser, conforme o caso, o endereço do empresário individual **OU** o de um dos sócios da sociedade empresária.

Por fim, **III** está **CORRETA**, nos termos do artigo 1.143 do Código Civil.

125. B

I está **INCORRETA**, veja-se do artigo 1.145 que se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso **OU** tácito, em trinta dias a partir de sua notificação.

II também está **INCORRETA**, pois o artigo 1.146 ensina que o adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo **SOLIDARIAMENTE** obrigado pelo prazo de um ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.

Por fim, **III** também está **INCORRETA**, veja-se do artigo 1.148 que salvo disposição em contrário, a transferência importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, **SE NÃO TIVEREM** caráter pessoal, podendo os terceiros rescindir o contrato em **NOVENTA** dias a contar da publicação da transferência, se ocorrer justa causa, ressalvada, neste caso, a responsabilidade do alienante.

126. A

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo único do artigo 982 do Código Civil.

II também está **CORRETA**, em consonância com o disposto no artigo 989 do Código Civil.

Por fim, **III** está **CORRETA**, trata-se do previsto no parágrafo 2º do

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

artigo 994 do Código Civil.

127. D

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 1º do artigo 1.011 do Código Civil.

II também está **CORRETA**, trata-se do disposto no artigo 1.015 do Código Civil.

Por fim, **III** está **CORRETA**, em consonância com o artigo 1.027 do CC.

128. A

I está **CORRETA**, trata-se do previsto no parágrafo 8º do artigo 6º da citada lei.

II também está **CORRETA**, tratando-se inclusive de novidade legislativa prevista no parágrafo 9º do artigo 6º da lei.

III, entretanto, está **INCORRETA**, veja-se do parágrafo 2º do artigo 7º-A que os créditos não definitivamente constituídos, não inscritos em dívida ativa ou com exigibilidade suspensa **PODERÃO SER INFORMADOS EM MOMENTO POSTERIOR**.

129. C

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 75 da Lei nº 11.101.

II também está **CORRETA**, em acordo com o previsto no artigo 82 da citada lei.

Por fim, **III** está **CORRETA**, conforme preceitua o artigo 82-A.

130. B

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 3º do artigo 2º da Lei nº 6.404.

II, contudo, está **INCORRETA**, pois o parágrafo 1º do artigo 3º ensina que o nome do fundador, acionista, ou pessoa que por qualquer outro modo tenha concorrido para o êxito da empresa, **PODERÁ SIM** figurar na denominação.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 3º do artigo 4º

Gabarito Comentado

da citada lei.

DIREITO INTERNACIONAL

5 QUESTÕES

131 A 135

131. C

I está **CORRETA**, trata-se do disposto no artigo 3º da Lei nº 8.617.

II também está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 1º do artigo 3º da citada lei.

III, por fim, está **CORRETA**, em acordo com o disposto no parágrafo 2º do artigo 3º da Lei nº 8.617.

132. D

I está **INCORRETA**, pois o artigo 4º da Lei 8.617 ensina que a zona contígua brasileira compreende uma faixa que se estende das **DOZE** às vinte e quatro milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial.

II está **CORRETA**, nos termos do artigo 8º da Lei 8.617.

III, por fim, também está **CORRETA**, em acordo com o previsto no artigo 6º.

133. B

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 50 da lei de migração.

II, contudo, está **INCORRETA**, veja-se do artigo 54 da lei nº 13.445 que a expulsão consiste em medida administrativa de retirada compulsória de migrante ou visitante do território nacional, conjugada com o impedimento de reingresso por prazo **DETERMINADO**.

III está **CORRETA**, nos termos do artigo 61 da lei 13.445.

134. A

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 67 da Lei nº 13.445.

II também está **CORRETA**, de acordo com o disposto no artigo 70.

Gabarito Comentado

III, por fim, está **INCORRETA**, verifica-se do artigo 71 da Lei nº 13.445 que o pedido de naturalização será apresentado e processado na forma prevista pelo órgão competente do Poder Executivo, sendo cabível recurso em caso de denegação.

135. A

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 5º da CF/88.

II também está **CORRETA**, trata-se do previsto no parágrafo 4º do artigo 5º da CF/88.

Por fim, **III** está **CORRETA**, em consonância com o previsto no parágrafo 3º do artigo 5º.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

136 A 140

136. B

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 3º do Código Penal.

II também está **CORRETA**, trata-se do previsto no artigo 8º do Código Penal.

Por fim, **III** está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 5º.

137. C

I está **CORRETA**, nos termos do disposto no artigo 20 do Código Penal.

II, entretanto, está **INCORRETA**, veja-se do parágrafo 1º do artigo 20 do Código Penal que é isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. **NÃO HÁ** isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.

III, por fim, está **CORRETA**, em plena consonância com o disposto no parágrafo 1º do artigo 24 do Código Penal.

138. A

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 1º do artigo 316 do Código Penal.

II, entretanto, está **INCORRETA**, pois este conceito refere-se, em verdade, ao crime de **CONCUSSÃO**, previsto no artigo 316 do CP.

III também está **INCORRETA**, pois este conceito refere-se ao tipo penal de **CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA**, previsto no artigo 320 do CP.

139. D

I está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo 1º do artigo 24 do Código de Processo Penal.

II, entretanto, está **INCORRETA**, verifica-se do parágrafo 5º do artigo 28-A do CPP que se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas

Gabarito Comentado

as condições dispostas no acordo de não persecução penal, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo, **COM CONCORDÂNCIA** do investigado e seu defensor.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do artigo 37 do CPP.

140. B

I está **CORRETA**, trata-se do previsto no parágrafo 1º do artigo 4º da Lei nº 9.296.

II também está **CORRETA**, nos termos do artigo 8º-A da citada lei.

Por fim, **III** está **INCORRETA**, veja-se do parágrafo 2º do artigo 8º-A que a instalação do dispositivo de captação ambiental poderá ser realizada, quando necessária, por meio de operação policial disfarçada ou no período noturno, **EXCETO** na casa.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

141 A 145

141. B

I está **INCORRETA**, veja-se do parágrafo 2º do artigo 2º da CLT que sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis **SOLIDARIAMENTE** pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.

II, por outro lado, está **CORRETA**, nos termos do parágrafo único do artigo 6º da CLT.

III, por fim, está **CORRETA**, trata-se do previsto no parágrafo único do artigo 10-A da CLT.

142. D

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 1º do artigo 461 da CLT.

II também está **CORRETA**, em plena consonância com o disposto no parágrafo 5º do artigo 461 da CLT.

III está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 3º do artigo 457 da CLT.

143. C

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 391-A da CLT.

II também está **CORRETA**, trata-se do previsto no artigo 855 da CLT.

Por fim, **III** está **CORRETA**, tratando-se do teor do parágrafo 3º do artigo 510-D da CLT.

144. D

I está **INCORRETA**, verifica-se do artigo 58-A que se considera trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a **TRINTA**

Gabarito Comentado

HORAS SEMANAIS, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a **VINTE E SEIS HORAS SEMANAIS**, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.

II também está **INCORRETA**, pois o parágrafo 2º do artigo 59 ensina que poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo **OU** convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

Por fim, **III** está **INCORRETA**, pois o parágrafo 3º do artigo 61 da CLT preceitua que sempre que ocorrer interrupção do trabalho, resultante de causas acidentais, ou de força maior, que determinem a impossibilidade de sua realização, a duração do trabalho poderá ser prorrogada pelo tempo necessário até o máximo de 2 (duas) horas, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que não exceda de **10 (DEZ)** horas diárias, em período não superior a **45 (QUARENTA E CINCO)** dias por ano, sujeita essa recuperação à prévia autorização da autoridade competente.

145. A

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 1º do artigo 896 da CLT.

II também está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo 9º do artigo 896 da CLT.

Por fim, **III** está **CORRETA** (Parágrafo 5º do artigo 896-A).

DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL

146 A 150

146. B

I está **CORRETA**, nos termos do inciso VI do artigo 194 da CF.

II, entretanto, está **INCORRETA**, pois, conforme o parágrafo 1º do artigo 195 da CF, as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, **NÃO INTEGRANDO** o orçamento da União.

III também está **INCORRETA**, uma vez que o parágrafo 14 do artigo 195 da CF/88 estabelece que o segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social a competência cuja contribuição seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida para sua categoria, sendo, por fim, assegurado o agrupamento de contribuições.

147. A

I está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo 2º do artigo 18 da Lei nº 8.213.

II, contudo, está **INCORRETA**, pois o parágrafo 2º do artigo 21 da estabelece que **NÃO** é considerada agravação ou complicação de acidente do trabalho a lesão que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às consequências do anterior.

Por fim **III** está **CORRETA**, tratando-se do previsto no inciso I do artigo 26 da Lei 8.213.

148. B

I está **INCORRETA**, veja-se do artigo 45 da Lei 8.213 que o valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência **PERMANENTE** de outra pessoa será acrescido de **25% (VINTE E CINCO POR CENTO)**.

II, por outro lado, está **CORRETA**, tratando-se do disposto no artigo

Gabarito Comentado

51 da Lei 8.213.

Por fim, **III** está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei 8.213.

149. D

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 71 da Lei 8.213.

II, contudo, está **INCORRETA**, veja-se do parágrafo 1º do artigo 74 da Lei 8.213 que perde o direito à pensão por morte o condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, **RESSALVADOS** os absolutamente incapazes e os inimputáveis.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 86 da Lei 8.213.

150. C

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 6º da LC 109.

II também está **CORRETA**, tratando-se do disposto no artigo 8º e seus incisos.

Por fim, **III** está **CORRETA**, em plena consonância com o disposto no parágrafo 1º do artigo 14 da LC 109.

DIREITO ELEITORAL

151 A 155

151. A

I está **CORRETA**, trata-se do previsto no parágrafo 1º do artigo 36 da Lei 9.504.

II também está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 36.

III, no entanto, está **INCORRETA**, pois o artigo 36-B

152. C

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 37 da Lei nº 9.504.

II, no entanto, está **INCORRETA**, verifica-se do parágrafo 5º do artigo 37 da Lei 9.504 que nas árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, não é permitida a colocação de propaganda eleitoral de qualquer natureza, **MESMO QUE NÃO LHES CAUSE DANO**.

III, por fim, também está **INCORRETA**, uma vez que, conforme o artigo 38, **INDEPENDENTE** da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, adesivos, volantes e outros impressos, os quais devem ser editados sob a responsabilidade do partido, coligação ou candidato.

153. D

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 8º do artigo 39 da Lei 9.504.

II também está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo 2º do artigo 53-A.

Por fim, **III** está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 3º do artigo 57-B.

154. A

I está **CORRETA**, nos termos do inciso VII do artigo 73 da Lei 9.504.

II também está **CORRETA**, tratando-se do disposto no parágrafo 1º

Gabarito Comentado

do artigo 73 da Lei 9.504.

III, no entanto, está **INCORRETA**, veja-se do parágrafo 10 do artigo 73 que no ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o **MINISTÉRIO PÚBLICO** poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

155. B

I está **CORRETA**, trata-se do disposto no artigo 75 da Lei 9.504.

II, entretanto, está **INCORRETA**, verifica-se do artigo 77 da Lei 9.504 que é proibido a qualquer candidato comparecer, nos **3 (TRÊS)** meses que precedem o pleito, a inaugurações de obras públicas.

Por fim, **III** está **CORRETA**, nos termos do inciso II do artigo 73.

DIREITO AGRÁRIO

156 A 160

156. C

I está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo 2º do artigo 184 da CF.

II, entretanto, está **INCORRETA**, veja-se do parágrafo 5º do artigo 184 que são isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

III também está **INCORRETA**, veja-se do inciso I do artigo 185 da CF/88 que não são passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, **DESDE QUE SEU PROPRIETÁRIO NÃO POSSUA OUTRA**.

157. A

I está **INCORRETA**, verifica-se do parágrafo 1º do artigo 188 da CF/88 que a alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do **CONGRESSO NACIONAL**.

II também está **INCORRETA**, pois o artigo 189 da CF/88 estabelece que os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de **DEZ ANOS**.

III, por fim, está **CORRETA**, trata-se do previsto no artigo 191 da CF/88.

158. D

I está **INCORRETA**, pois, conforme o parágrafo 2º do artigo 1º da LC 76/93, declarado o interesse social, para fins de reforma agrária, fica o expropriante legitimado a promover a vistoria e a avaliação do imóvel, inclusive com o auxílio de força policial, **MEDIANTE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DO JUIZ**,

Gabarito Comentado

responsabilizando-se por eventuais perdas e danos que seus agentes vierem a causar, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

II também está **INCORRETA**, tendo em vista que, nos termos do artigo 3º da LC 76/93, a ação de desapropriação deverá ser proposta dentro do prazo de **DOIS ANOS**, contado da publicação do decreto declaratório.

III, por sua vez, está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º da LC 76/93.

159. B

I está **CORRETA**, trata-se do disposto no artigo 16 da LC 76/93.

II também está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 18 da citada lei.

Por fim, **III** está **CORRETA**, nos termos do artigo 18 da LC 76/93.

160. B

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 11 do Decreto 59566.

II, no entanto, está **INCORRETA**, veja-se do artigo 14 do citado decreto que os contratos agrários, qualquer que seja o seu valor e sua forma, **PODERÃO SIM** ser provados por testemunhas.

III, por fim, está **CORRETA**, trata-se do previsto no artigo 15 do Decreto 59566.

LEI COMPLEMENTAR Nº 73

161 A 170

161. D

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 1º do artigo 2º da LC 73/93.

II também está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 2º.

Por fim, **III** também está **CORRETA**, trata-se do previsto no parágrafo 3º do artigo 2º da LC 73/93.

162. A

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 3º da LC 73/93.

II também está **CORRETA**, nos termos do inciso VIII do artigo 4º da LC 73/93.

III, contudo, está **INCORRETA**, veja-se do parágrafo 2º do artigo 4º que o Advogado-Geral da União pode avocar quaisquer matérias jurídicas de interesse desta, **INCLUSIVE** no que concerne a sua representação extrajudicial.

163. C

I está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica do artigo 7º, inciso II, trata-se de uma atribuição do Conselho Superior e não da Corregedoria da AGU.

II também está **INCORRETA**, veja-se do parágrafo 2º do artigo 8º que o mandato dos membros eleitos do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União é de dois anos, **VEDADA A RECONDUÇÃO**.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do inciso IV do artigo 7º.

164. B

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 1º do artigo 8º da LC 73/93.

II, no entanto, está **INCORRETA**, veja-se do inciso I do artigo 8º que o Advogado-Geral da União que irá presidir o Conselho Superior.

III também está **INCORRETA**, o inciso VI do artigo 5º ensina que a

Gabarito Comentado

Corregedoria da AGU tem como atribuição instaurar, **DE OFÍCIO** ou por determinação superior, sindicâncias e processos administrativos contra os Membros da Advocacia-Geral da União.

165. D

I está **CORRETA**, trata-se do previsto no parágrafo 3º do artigo 9º.

II também está **CORRETA**, nos termos do artigo 10 da LC 73/93.

III, por fim, está **CORRETA**, conforme disposto no inciso III do artigo 11.

166. A

I está **CORRETA**, nos termos do inciso IV do artigo 12.

II também está **CORRETA**, nos termos do inciso VII do artigo 12.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do artigo 13.

167. C

I está **CORRETA**, trata-se de atribuição prevista no inciso III do artigo 17.

II também está **CORRETA**, nos termos do parágrafo único do artigo 23.

III, contudo, está **INCORRETA**, veja-se do artigo 25 da LC 73/93 que a promoção por merecimento deve obedecer a critérios objetivos, fixados pelo **CONSELHO SUPERIOR DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**, dentre os quais a presteza e a segurança no desempenho da função, bem como a frequência e o aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento reconhecidos por órgãos oficiais.

168. B

I está **CORRETA**, nos termos do inciso II do artigo 28.

II também está **CORRETA**, trata-se do previsto no inciso III do artigo 29.

III, por fim, está **CORRETA**, conforme o artigo 30, inciso I.

169. D

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

I está **CORRETA**, trata-se do previsto no artigo 34 da LC 73/93.

II também está **CORRETA**, trata-se do previsto no artigo 39 da LC 73/93.

III, entretanto, está **INCORRETA**, pois o parecer aprovado, mas não publicado, obriga apenas as repartições interessadas, **A PARTIR DO MOMENTO EM QUE DELE TENHAM CIÊNCIA** (Art. 40, parágrafo 2º).

170. A

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 1º do artigo 40.

II também está **CORRETA**, trata-se do previsto no artigo 42.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do artigo 46 da LC 73/93.

LEI 9.469

171 A 173

171. B

I está **CORRETA**, trata-se do no artigo 1º da Lei nº 9.469.

II, no entanto, está **INCORRETA**, veja-se do parágrafo 1º do artigo 1º que poderão ser criadas câmaras especializadas, compostas por servidores públicos **OU** empregados públicos efetivos, com o objetivo de analisar e formular propostas de acordos ou transações.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 4º do artigo 1º.

172. D

I está **CORRETA**, trata-se do previsto no parágrafo 5º do artigo 1º.

II também está **CORRETA**, nos termos do artigo 1º-A.

III, por fim, está **CORRETA**, conforme o artigo 1º-C.

173. C

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 4º.

II também está **CORRETA**, trata-se de um ponto importante previsto no parágrafo único do artigo 4º-A.

III está **CORRETA**, nos termos do parágrafo único do artigo 5º.

PORTARIA NORMATIVO AGU N° 46/2022

174 A 177

174. D

Todas as assertivas estão **INCORRETAS**, pois os conceitos, que encontram previsão no artigo 2º da Portaria AGU nº 46, estão trocados.

175. B

I está **CORRETA**, nos termos do previsto no inciso IV do artigo 3º.

II também está **CORRETA**, conforme o inciso XI do artigo 4º.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do artigo 15.

176. A

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 15.

II está **CORRETA**, conforme o previsto no artigo 16.

III, por fim, está **CORRETA**, trata-se do disposto no inciso IV do parágrafo 3º do artigo 15.

177. C

I está **CORRETA**, tratando-se do previsto no artigo 21.

II também está **CORRETA**, nos termos do artigo 23.

Por fim, **III** está **CORRETA**, conforme o artigo 18.

LEGISLAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

178 A 190

178. B

I está **CORRETA**, trata-se do disposto no inciso IX do artigo 206 da CF.

II também está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo único do artigo 206 da CF.

Por fim, **III** está **CORRETA**, nos termos do artigo 205 da CF/88.

179. A

I está **INCORRETA**, veja-se do parágrafo 1º do artigo 207 que é **FA-CULTADO** às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

II, por sua vez, está **CORRETA**, nos termos do artigo 207 da CF.

Por fim, **III** está **CORRETA**, conforme o inciso III do artigo 206 da CF.

180. D

I está **CORRETA**, trata-se do previsto no inciso I do artigo 208 da CF.

II também está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 208 da CF.

III, por fim, está **CORRETA**, conforme o parágrafo 1º do artigo 208 da CF.

181. C

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 1º do artigo 210.

II está **CORRETA**, tratando-se do disposto no parágrafo 2º do artigo 210.

III está **CORRETA**, com fundamento no artigo 210 da CF.

182. A

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 4º do artigo 211.

II e **III**, entretanto, estão **INCORRETAS**, pois, conforme se verifica dos parágrafos 2º e 3º do artigo 211, os conceitos estão invertidos, estando, portanto, as assertivas incorretas.

183. D

I está **CORRETA**, nos termos do inciso XII do artigo 3º da Lei nº 9.394.

II também está **CORRETA**, conforme o previsto no inciso XII do artigo 4º da Lei nº 9.394.

III está **CORRETA**, em acordo com o artigo 4º-A.

184. B

I está **INCORRETA**, veja-se do artigo 5º da Lei nº 9.394 que o acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o **MINISTÉRIO PÚBLICO**, acionar o poder público para exigí-lo.

II, por outro lado, está **CORRETA**, tratando-se do previsto no artigo 6º.

III também está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 1º do artigo 8º.

185. B

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 26.

II, entretanto, está **INCORRETA**, uma vez que o parágrafo 2º do artigo 26 preceitua que o ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular **OBRIGATÓRIO** da educação básica.

III, por fim, está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo 4º do artigo 26.

186. D

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 9º do artigo 26.

II também está **CORRETA**, trata-se do disposto no artigo 26-A.

III, por fim, está **CORRETA**, conforme previsto no parágrafo 2º do

Gabarito Comentado

artigo 48.

187. C

I está **CORRETA**, trata-se do previsto no parágrafo 6º do artigo 1º da Lei nº 10.260.

II, no entanto, está **INCORRETA**, veja-se do parágrafo 2º do artigo 2º que as disponibilidades de caixa do FIES deverão ser mantidas em depósito na conta única do **TESOURO NACIONAL**.

III também está **INCORRETA**, pois o parágrafo 6º do artigo 3º ensina que o Ministério da Educação, ao estabelecer a oferta de vagas no âmbito do Fies, observará a disponibilidade financeira e orçamentária e a compatibilidade com as metas de resultados fiscais estabelecidas na **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**.

188. A

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 1º do artigo 2º da Lei nº 8.436.

II também está **CORRETA**, nos termos do inciso II do artigo 5º.

Por fim, **III** está **CORRETA**, trata-se do inciso I do parágrafo 2º do artigo 2º da Lei nº 8.436.

189. D

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 1º da Lei nº 12.711.

II também está **CORRETA**, tratando-se do previsto no artigo 4º.

III, por fim, está **CORRETA**, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.711.

190. C

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.288.

II também está **CORRETA**, trata-se do disposto no artigo 12.

III, por fim, está **CORRETA**, consoante o previsto no parágrafo 1º do artigo 11.

PORTARIA PGFN N° 6757

191 A 200

191. B

I está **CORRETA**, nos termos do inciso II do artigo 3º da portaria nº 6757.

II também está **CORRETA**, trata-se do previsto no inciso IV do artigo 2º.

III, entretanto, está **INCORRETA**, veja-se do inciso III do artigo 4º que consiste em modalidade de transação a transação individual proposta pelo devedor inscrito em dívida ativa da União e do FGTS, **INCLUSIVE** a simplificada.

192. C

I está **INCORRETA**, pois o parágrafo único do artigo 5º ensina que nas transações firmadas com Estados e Municípios é **OBRIGATÓRIA** a inserção de cláusula autorizativa da dedução dos valores devidos dos montantes a serem repassados relacionados às respectivas cotas nos Fundos de Participação.

II, por outro lado, está **CORRETA**, nos termos do inciso II do artigo 6º.

III, por fim, está **CORRETA**, trata-se do previsto no artigo 9º.

193. A

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 1º do artigo 8º.

II também está **CORRETA**, trata-se do previsto no parágrafo 2º do artigo 8º.

III, por fim, está **CORRETA**, conforme o parágrafo 3º do artigo 8º.

194. D

I está **CORRETA**, conforme o disposto no artigo 10.

II está **CORRETA**, nos termos do artigo 12 da portaria 6757.

III também está **CORRETA**, trata-se do previsto no artigo 14.

Gabarito Comentado

195. D

I está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 2º do artigo 15.

II, entretanto, está **INCORRETA**, verifica-se do artigo 16 que a transação deverá abranger todas as inscrições elegíveis do sujeito passivo, sendo **VEDADA** a adesão parcial.

III também está **INCORRETA**, pois, conforme se verifica do artigo 18, aos devedores com transação rescindida é vedada, pelo prazo de **2 (DOIS) ANOS** contados da data de rescisão, a formalização de nova transação, **AINDA QUE RELATIVA A DÉBITOS DISTINTOS**.

196. A

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 21.

II, no entanto, está **INCORRETA**, veja-se do parágrafo 2º do artigo 21 que havendo mais de uma pessoa física ou jurídica responsável, conjuntamente pelo débito, a capacidade de pagamento do grupo **PODERÁ** ser calculada mediante a soma da capacidade de pagamento individual de cada integrante do grupo econômico. Portanto, trata-se de uma **FACULDADE** e não uma obrigação.

III, por fim, está **INCORRETA**, pois o artigo 23 estabelece que o devedor terá conhecimento da sua capacidade de pagamento e **PODERÁ** apresentar pedido de revisão.

197. B

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 26.

II está **CORRETA**, trata-se do previsto no parágrafo 1º do artigo 31.

III, por fim, está **CORRETA**, conforme o parágrafo 2º do artigo 31.

198. C

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 37.

II também está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 3º do artigo 39.

Por fim, **III** está **CORRETA**, conforme o artigo 45.

199. A

I está **CORRETA**, nos termos do artigo 64.

Simulado de Letras de Lei–Carreiras da AGU 2023

II também está **CORRETA**, trata-se do disposto no parágrafo 5º do artigo 66.

Por fim, **III** está **CORRETA**, trata-se do artigo 67 da portaria.

200. D

I está **CORRETA**, conforme o parágrafo 4º do artigo 73.

II também está **CORRETA**, nos termos do parágrafo 1º do artigo 73.

III está **CORRETA**, tratando-se do disposto no inciso IV do artigo 69.



PG+